

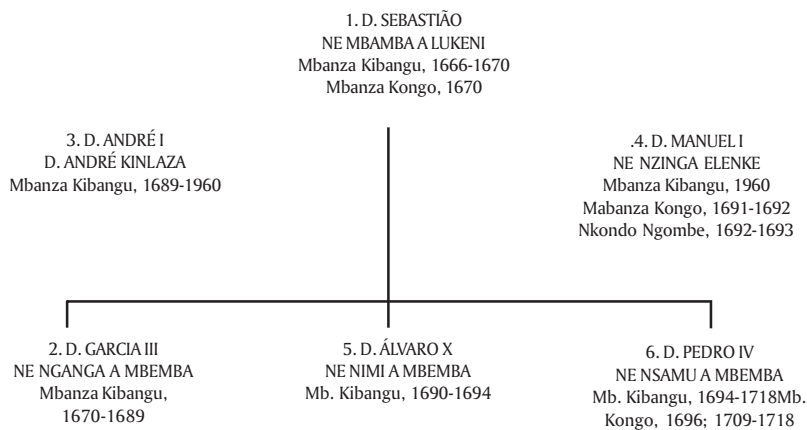
O REI D. PEDRO IV NE NSAMU A MBEMBA E A UNIDADE DO CONGO*

Fernando Campos

RESUMO: Baseando-se em bibliografia específica, o autor procura situar historicamente a figura do Rei D. Pedro IV Ne Nsamu Mbemba diante da situação geral do Congo à sua época e em face das perspectivas de unidade política, econômica e social daquele reino.

Palavras-chave: África; Congo; Reinados; Situação histórica de época; D. Pedro IV NE NSAMU MBEMBA

OS REIS DE KIBANGU



(*) Primeira Parte

NOTA E GRAFIA DOS TERMOS AUTÓCTONES

A grafia usada é quanto possível sónica e moderna. Serão usados de preferência os nomes autóctones, mesmo que possuam equivalente vulgar em língua europeia, salvo restritíssimas excepções (v. g. Congo). Os antropónimos serão escritos em forma reconstituída.

Quanto à pronúncia a usar pelo Leitor cuidadoso, é de recordar que as palavras com mais de uma sílaba são graves. A acentuação é facilitada com o uso das semivogais y,w a substituir i,u antes de vogais. Estas mantêm os respectivos sons em Português.

N, m antes de consoantes apenas servem para as nasalar. (Mbamba não se lê mebamba, mas sim só o jacto, mbamba com ambos os bb nasalados da mesma maneira).

S nunca tem o som z; substitui ss ou c sibilante.

K substitui o som gutural de q,c.

G nunca tem o som j; g é sempre gutural.

Salvo em palavras de construção nitidamente estrangeira, o som r brando (não existe o rr carregado) confunde-se com d, podendo fazer-se representar por este símbolo.

O som português nh representa-se por ny.

O som português ch ou x (inicial) representa-se de preferência por sh.

NOTA DE ABERTURA

O presente trabalho é desenvolvimento de um capítulo que se referia à existência do Rei D. Pedro IV do Congo, incluído no nosso trabalho sobre a data da morte da Rainha Jinga D. Verónica I. Dado o quinhão de notas que sobre o mesmo Rei e sua época possuíamos, decidimos reduzir nesse trabalho tal capítulo a uma ligeira alusão à época em que se o dito Rei viveu no Congo. Propusemo-nos depois fazer a história cronológica de D. Pedro IV.

Estudioso dos assuntos passados do Congo, depois de bem joeirada a bibliografia concernente à época, optámos por seleccionar os autores ou fontes que melhor nos definissem a personalidade de D. Pedro IV. Acrescendo o facto de ser este Rei elemento-padrão dentro da época em que viveu, tocou-nos a graça de abordar a história de quem teve por preocupação dominante eliminar a secessão que devorava o Congo, desde que se ferira a Batalha de Vulunga em campos de Ambwila.

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

Assim, pondo de parte os inofensivos considerandos com que pretendemos aligeirar o assunto abordado, podemos aqui afirmar que este nosso escrito não é mais do que um extracto pretensamente ordenado do que compilaram os especialistas da história do Congo. Para tal não precisamos de apontar aqui o grande rol de fontes impressas ou manuscritas que todo o estudioso destes assuntos deve ter lido ou consultado, mas tão somente declarar ser bastante limitado o número dos autores que nos podem fornecer as necessárias informações sobre a vida de D. Pedro IV.

Não tivemos a felicidade de consultar os Arquivos religiosos de Vaticano e Itália. Temos assim de nos conformar com a palavra (por vezes divergente e causadora de arreliaadores problemas) dos poucos especialistas que, a contendo de todos, publicaram as informações que andavam esquecidas no meio do pó dos Arquivos.

Sobre D. Pedro IV muito pouco nos dizem os Arquivos portugueses.

Neste nosso trabalho iremos buscar as principais informações aos seguintes Autores: Visconde de Paiva Manso, Mateo de Anguiano, Evaristo Gatti e principalmente os historiadores belgas Cuvelier, Jadin, Jonghe-et-Simar, Bouveignes. Subsidiariamente foram consultados os autores ibéricos Faria, Brásio, Carrocera, bem como os Arquivos portugueses. Todavia é no primeiro lote de autores que se encontra a matéria principal que serve de apoio a esta nossa moderna contribuição para a história conguesa da época. A bem dizer a obra não é pois nossa, mas sim dos Arquivos que por aqueles Autores foram postos a descoberto, e que são o manancial da epopeia missionária de quem restituiu vida aos inúmeros factos, em documentos que carinhosamente e cientificamente foram registrando.

INTRODUÇÃO

Uma das personalidades mais importantes da história do Congo é sem dúvida a do Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba que em fins do século de 1600 ascendia à chefia do seu povo, com o intuito único de liquidar a anarquia a que o Congo se encontrava então submetido, reunificar todas as forças do País sob o manto de uma só corte e reestruturar as condições económicas que permitissem ao Congo sobreviver em paz e prosperidade. Seria tarefa difícilima tanto mais que a derrocada de Vulunga, que ficara no passado, havia legado à época em que ele viveu, as mais irredutíveis condições de mísera sobrevivência para um Congo outrora próspero e potente e que ora se apresentava dividido, anárquico e possesso de permanentes convulsões.

D. Pedro IV apostara-se capaz de liquidar tal situação. Todos os actos da sua vida fá-los-ia depender de um único norte: a reunificação do Congo sob a égide de

um só Estado. Ele conhecia as dificuldades por que outros reis haviam passado ao tentar tal empresa, mormente as de seu pai o Rei D. Sebastião I Ne Mbemba a Lukeni, e de seus irmãos os Reis D. Garcia III Ne Nganga a Mbemba e D. Álvaro X Ne Nimi a Mbemba. Estes reis tudo fizeram para reunificar o Congo, mas sem qualquer êxito. Outros também o haviam tentado, mas a empresa custara-lhes a eliminação física.

D. Pedro IV jamais esqueceria o fim que tiveram os diversos reis, todos desejosos de se sentarem no trono de Mbanza dya Kongo, e que vieram a sucumbir sob a acção das forças opostas. Estas estavam incapazes de se congregarem na ideia única de reconhecer a algum príncipe como o chefe incontestado de que o País necessitava.

Sentindo-se ainda jovem, D. Pedro IV jamais gostaria que lhe lembrassem o que sucedeu a outros jovens príncipes que, não sendo unanimemente aceites como reis do Congo, não viram os respectivos governos durarem senão um escasso tempo, vindo por fim a pagar com a vida a única imputação de terem sido colocados no mais alto pedestal, devido à sua qualidade de principais fidalgos ou príncipes do País. D. Pedro IV, ainda pouco idoso, jamais gostaria de perder a vida tão cedo.

Contudo, ao assistir ao desanimador panorama de se ver o seu País a desagregar-se cada vez mais, afundando-se no pior dos atoleiros políticos com severos efeitos na economia local, D. Pedro IV pensou que o único caminho da salvação residia no fortalecimento do poder, então centralizado na mais nobre instituição do País: a corte. Ele idealizou que um Congo regido por um só chefe dominador, poderoso, tolerante e aceite pela maioria, podia transformar-se num país onde o bem-estar da população ficaria melhor assegurado. O contrário, com muitos chefes, todos rivais uns aos outros, a quererem dominar o País sem o apoio das grandes massas populacionais então representadas pelos grandes fidalgos, só produziria a continuação da terrível situação que o País atravessava, sem paz, nem um chefe válido que o dirigisse, e com uma economia esfrangalhada.

D. Pedro IV, ao sentir-se responsável pelos destinos do seu povo, jurou a si mesmo intrometer-se no perigoso jogo político de então, com o exclusivo fim de servir ao Povo Conguês, libertando-o de tão duradoura crise. Ele não gostaria de perder a vida cedo, mas estudaria a melhor maneira de se apresentar como o salvador do Reino, e jamais se pouparia, depois de se fazer aceitar como tal, a limpar o Reino dos pequenos chefes que ambicionavam o poder e que impediam assim a solução política do problema e o razoável desenvolvimento da economia do País.

É curiosa a história deste monarca, que não resistimos extrair-la das Relações do tempo coligidas principalmente por Paiva Manso, Jadin, Cuvelier, Anguiano, Jonghet-Simar, entre outros.

Nessa época já o Congo havia atravessado o período mais obscuro da sua história desde as Descobertas, período esse em que imperou a instabilidade

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

governativa. Nele os reis sucediam-se uns aos outros num ritmo meteórico. A intriga política atingia vértices incríveis. No Reino passara a haver mais do que uma corte. O País estava esfacelado, a crise económica era notória e os portugueses, apenas mantendo algum negócio escravagista, haviam posto de parte o comércio oficial com tal Estado. O Congo, outrora excelente pasto para a missão e para o comércio, via reduzir-se às ínfimas proporções a estada dos padres, dos comerciantes e dos artífices europeus no seu solo. O Congo abandonado suicidava-se aos poucos. Tal o panorama vivido durante mais de 40 anos, após o desaparecimento no campo da batalha do jovem e guerreiro Rei D. António I.

O problema sucessório chegou a preocupar o governo português que, apesar de testemunha impassível naquele banho de sangue real, ainda sentiu possuir certas responsabilidades morais derivadas de elos históricos que não podia desatender. Os conselhos dos religiosos portugueses, insinuando uma quietação à força nos terríveis sucessos do País, passaram a ter bom acolhimento nas esferas portuguesas, na medida em que Portugal viesse a lucrar temporalmente, e espiritualmente, interessando contudo na época uma solução pacífica, se possível.

Por outro lado, o Povo Conguês fazia pressão junto dos seus políticos no sentido de se lutar pela unidade do País. Essa luta surda encontrou eco em simples religiosos congueses que tendo sofrido a influência do catolicismo dos missionários europeus, se haviam congregado em seitas religiosas de processo doutrinário um pouco afastado do puro catolicismo, mas com grande audiência junto das massas populares.

Entretanto o País, sem reencontrar a sua unidade, mantinha-se dividido em pequenas cortes que se digladiavam uma às outras, pretendendo dirigir os destinos do País, não possuindo os respectivos reis possibilidades ou vontade alguma em instalar-se na fatídica cidade de Salvador (Mbanza dya Kongo). Dessas cortes as mais importantes situavam-se em Mbanza Lemba e em Mbanza Kibangu.

Neste contexto é que surge a figura de D. Pedro IV, o monarca que iria lutar pela unificação do Congo.

Seguindo a conveniente bibliografia sobre essa época do Congo, tentaremos dar aqui um esboço biográfico de tão notável personalidade dos anais congueses, cogitando-nos quanto possível à cronologia do seu reinado.

1665-1694

Após a Batalha de Vulunga em que pereceu o Rei D. António I frente às tropas portuguesas, passou o trono congueses a ser seriamente disputado pelos mais impor-

tantes fidalgos do País, sendo o Conde de Soyo D. Paulo da Silva (1658-1670) o principal opositor a todos os candidatos que não gozassem do seu favoritismo.

Assim, tendo em fins de 1665 sido eleito rei o príncipe D. Álvaro Tuvy Mornaza com o nome D. Álvaro VII, sem o beneplácito do Conde de Soyo, este moveu-lhe tenaz oposição acabando por o derrotar em Junho de 1666.

Morto D. Álvaro VII, o Congo de Soyo colocou no trono de Mbanza Kongo o Rei D. Álvaro VIII que era um fidalgo apaniguado seu. Com esta atitude, o Conde revelou impudico desrespeito pelas tradições eleitorais do País e o maior desprezo pelos direitos dos grandes-eleitores.

D.Álvaro VIII não gozou obviamente do apoio dos outros fidalgos eleitores. Embora ostentando a sua realeza em Mbanza Kongo firmemente apoiada pelas tropas do Conde, aliás bem municadas nas praias de Mpinda e Mbanza Soyo, D. Álvaro VIII não contava ver o seu poder imperar em certas capitais provinciais ou sedes de clãs, onde passou a polarizar-se a oposição dos respectivos chefes. Todavia, não havendo entre estes identidade de princípios que formulasse a consubstanciação de tal oposição em um só príncipe, resultou cada um dos mais importantes clãs arrogar o direito de eleger rei do Congo o respectivo chefe.

Foram pois criadas outras cortes, todas funcionando simultaneamente, com os respectivos chefes arvorados em reis do Congo, rivalizando-se e perseguindo-se uns aos outros. Esta fragmentação do Congo em pequenos Estados resultou dos acontecimentos forjados pelo Conde de Soyo em Mbanza Kongo, quando derrubou D. Álvaro VII e impôs D. Álvaro VIII como rei não sancionado em conselho eleitoral. Embora tal sucesso haja ocorrido em 1666, o estado de facto só foi reconhecido no ano imediato pelos informadores europeus que residiam no Congo. Apesar de estes não terem a sua mentalidade preparada senão para reconhecerem como rei aquele que assentava na capital, eles acabaram por aceitar posteriormente a existência de outros soberanos em pleno solo congueses.

Além da corte que funcionava em Mbanza Kongo com D. Álvaro VIII no poder, passaram a existir mais as seguintes: em Nkondo, na margem sul do Rio Mbriji, onde foi eleito D. Afonso II. Afonso, casado com D. Ana Afonso de Leão, do clã Nlaza; em Lemba, onde foi eleito D. Pedro III; e em Kibangu, onde passou a reinar D. Sebastião Ne Mbemba a Lukeni, ou seja D. Sebastião I. Por seu turno o Duque de Mbamba D. Teodósio não reconhecia nenhum destes reis. Tais eram os outros reinos indicados mais ou menos por ordem de importância no início da secessão, sem contar com o poder do Conde de Soyo. A existência destes fragmentários reinos iria estimular a subsequente multiplicação de candidatos ao trono ou à qualificação régia.

Guerreando-se todos uns aos outros, era natural que transformassem a terra conguesa num pasto de sangue, tornando bastante limitadas as aspirações de longa

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

ou relativamente longa governação quem se apropinquasse ao poder. O ano de 1669 foi nesse aspecto fatídico.

Necessitado do apoio do Duque de Mbamba que a isso se negava, o Rei D. Álvaro VIII deu ordem ao Marquês de Mpemba D. Pedro para marchar sobre Mbanza Mbamba a fim de prender o Duque D. Teodósio e o conduzir preso à corte de Mbanza dya Kongo.

O Marquês de Mpemba acomete com um forte exército sobre o Ducado de Mbamba e aí liquida D. Teodósio, contrariando a ordem recebida. E agora, com o exército engrossando, revolta-se contra o Rei e nomeia um parcial seu para o cargo de Mani Mbanza Mbamba. D. Álvaro VIII mandou-lhe ainda dois lugares-tenentes, Mani Kilongo e Mani Kabunga, em delicada missão de paz e vassalagem, mas a resposta do Marquês foi a degolação desses dois fidalgos.

O Marquês de Mpemba D. Pedro dirige a seguir o seu ampliado exército para a própria corte de Mbanza Kongo, onde aí degola o próprio Rei D. Álvaro VIII, e faz-se eleger rei com o nome D. Pedro II. Para efeito das solenidades da coroação D. Pedro II nomeou o Mani Mbanza Mbamba para o alto cargo de Mani Vunda. Foi este quem dirigiu tais solenidades, ficando o cerimonial religioso a cargo do Vigário-Geral D. Estêvão Castanho, missionário português.

Pouco tempo depois, D. Paulo da Silva organizou no Soyo um exército que invadiu a capital do Congo, degolando D. Pedro II e entregando o trono a outro fidalgo seu protegido. Seria D. Álvaro IX.

O novo Marquês de Mpemba D. Rafael resolveu por sua vez atacar Mbanza Kongo, expulsando d'aí o Rei favorito do Conde de Soyo, e fazendo-se também eleger com o nome D. Rafael I.

Todavia os reis que imperavam noutras cidades não admitiam nenhum rival no trono de Mbanza Kongo, e assim D. Rafael passou a ser combatido. D. Afonso II Afonso trouxe o seu exército de Nkondo, forçando D. Rafael a abandonar a capital e fixando-se ele por seu turno em Mbanza dya Kongo.

D. Pedro III de Lemba faz sentir o seu poder, expulsando por sua vez D. Afonso II Afonso do ambicionado trono.

Entretanto ainda nesse mesmo ano D. Afonso II Afonso, regressado ao Mbriji, cedo morreu envenenado, sendo substituído por seu sobrinho D. Afonso III Afonso. Este era filho da Infanta D. Susana, irmã de D. Afonso II Afonso, e era neto materno de D. Álvaro II (1587-1614). D. Afonso III Afonso contudo não governou durante muito tempo, pois que só viveria até 1670.

Nessa confusão deve ter aparecido D. Sebastião I a instalar-se em Mbanza Kongo, o tempo suficiente para o Conde de Soyo lhe enviar um exército que o degolou. Tantos reis e em tão pouco tempo!

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África*. Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

Em Kibangu era eleito rei o Príncipe D. Garcia Ne Nganga a Mbemba, filho de D. Sebastião I. O novo Rei D. Garcia III (1670-1689), tal como se chamou, veio posteriormente a ter o apoio das gentes de Nkondo.

Entretanto D. Rafael I, instalando-se em Mbumbi, no sul do País, envia uma embaixada a Luanda a negociar um auxílio dos Portugueses que lhe facilitasse a sua reinstalação no trono de Mbanza Kongo.

O governador Francisco de Távora (1669-1676) convocou um Conselho em que ouviu as opiniões dos militares, dos religiosos, dos juristas, todos favoráveis a uma intervenção nos assuntos do Congo. A reposição de D. Rafael far-se-ia a troco de vantagens posicionais na costa do Soyo.

Francisco de Távora enviou pois uma expedição ao Congo, que iria lutar a favor do candidato D. Rafael. Tal expedição era formada por um exército terrestre comandado pelo capitão-mor João Soares de Almeida e que incluía alguns milhares de tropas do jaga avassalado Kalundula; e por um exército embarcado numa frota marítima, comandado pelo capitão Luís Ferreira de Macedo. Este havia sido embaixador dos Portugueses na corte de D. Álvaro VIII.

Este exército português travou uma primeira batalha com as forças do Conde de Soyo, ao atravessar o Rio Mbriji. As forças do Soyo sofreram uma derrota, batendo em retirada com D. Paulo da Silva moribundo dos ferimentos que sofreu.

Recompôs-se o exército do Soyo agora sob o comando de D. Estêvão da Silva (1670-1672), novo Conde de Soyo e irmão do anterior, apostado em defender a capital do Congo e impedir a sua posse por parte de D. Rafael. D. Estêvão da Silva, agora interposto numa guerra internacional, pediu auxílio aos seus vizinhos Reis de Ngoyo e Kakongo, que logo lhe enviaram tropas a engrossar o seu exército. Com tal exército reforçado, D. Estêvão da Silva dirigiu-se para Kitombo, onde arraiavam as forças portuguesas, infligindo-lhes pesada derrota com morte do próprio comandante João Soares de Almeida. Desenrolou-se tal batalha no dia 18 de Outubro de 1670 que passou depois a ser festejado como dia feriado.

Todavia, por depauperamento do exército do Conde de Soyo, bem sangrado nessas duas batalhas, foi fácil a D. Rafael I reinstalar-se em Mbanza Kongo. O Conde D. Estêvão não conseguiria jamais desalojá-lo daí.

Por morte em 1672 de D. Estêvão da Silva, foi eleito conde D. Pedro da Silva de Castro Ne Mfutela Nzinga (1672-1674 Março) que, rezam as crónicas, assumiu atitudes hostis contra os missionários capuchinhos.

Em 1674 morre D. Rafael I, passando o trono de Mbanza Kongo para D. Daniel de Gusmão Ne Myala mya Nsivwila, ou seja D. Daniel I (1674-1678). Este rei recebeu apoio dos Condes de Soyo seus contemporâneos D. Paulo da Silva II (1674-1675) e D. Afonso da Silva (1675-1680). D. Daniel era um Kimpanzu.

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

A presente existência de três cortes continuava a ser óbice para a estabilização das tradicionais instituições. Cada rei continuava a pretender liquidar os adversários. Assim D. Daniel I, ao pretender eliminar o Rei de Kibangu, o seu exército não conseguiu transpor o Rio Madamada situado entre os dois reinos, porque sofreu uma batalha que lhe deu o exército de outro Rei, o de Lemba, que lhe saiu a caminho, acabando D. Daniel por perecer na refrega.

Mbanza Kongo iria sofrer um período assaz longo, sem que lá houvesse instituída alguma corte. Com a morte de D. Daniel I os principais fidalgos locais abandonaram essa cidade. O Vigário-Geral D. Miguel de Castro, que era primo do falecido Rei, e o seu secretário acompanharam a parte da população que decidiu ir fixar-se em Nkondo, na região de Ambriz.

No reino de Lemba, de que há obscuras notícias, sabe-se que a D. Pedro III, morto por traição urdida pelos parentes de D. Daniel de acordo com o Conde de Soyo (segundo o informe de Pedro Mendes in PAIVA MANSO, *Historia do Congo*), sucedeu seu irmão D. João. E a este sucedeu outro rei D. João, também dito como anterior D. João II (MATEO DE ANGUIANO, *La Misión del Congo*). Além da falta de exacta cronologia os historiadores confundem estes dois últimos reis num só, o D. João II de Mbula ou de Lemba.

Mbula é o nome com que se passou a designar o reino de Lemba, em virtude de ser o seu rei possuidor de uma bula papal antiga que reconhecia como rei ao seu possuidor. Tal bula, assinada pelo Papa Urbano VIII (1623-1644), permitia aos reis do Congo fazerem-se coroar por missionários capuchinhos segundo as cerimónias da igreja romana, e a sentarem-se no trono real assim reconhecidos como tal. (CUVELIER, *Contribution à l'Histoire du Bas-Congo*).

Por outro lado, havendo em outra notícia D. Pedro de Lemba morrido antes de D. Daniel (JONGHE-et-SIMAR, *Archives Congolaises*), o episódio da traição perpetrada pelos parentes de D. Daniel não se passaria com ele D. Pedro, mas sim com seu sucessor (Pedro também? João?). A não ser que tudo quanto se tem contado como organizado pelos parentes de D. Daniel, haja sido organizado pelos parentes do anterior rei D. Rafael – o que iria modificar opiniões assentes acerca das respectivas genealogias – tanto mais que uma outra notícia afirma D. Rafael ter morrido em 1674, em luta que lhe deu o Rei D. Pedro de Lemba (CUVELIER, *Relations du Père Laurent*).

Por ser uma corte sita em ermo local, muito afastado das passadas dos missionários, descontínuas são as notícias do que se passava no Reino de Lemba, sendo difícil a determinação física e genealógica dos seus reis, bem como a cronologia dos respectivos sucessos. Salvo os episódios ou opiniões destituídos dessas características, e que foram narrados por um outro missionário que em épocas afastadas visitaram Lemba, tudo quanto a este reino se disser, está sujeito às máximas reservas.

Segundo o que conta Pedro Mendes na sua carta incluída nos Documentos de Paiva Manso, os irmãos de D. Daniel I, de acordo com o Conde de Soyo vigente, tramaram o traiçoeiro episódio da morte do Rei de Mbula, a fim de vingar a morte que este fizera vibrar sobre D. Daniel. Assim foi concertado o casamento do Rei de Mbula com uma filha do Conde de Soyo. Ajustado o dia do casamento, constituiu-se em Mbanza Soyo um grande séquito formado de bem aparelhado exército que iria escoltar a noiva até terras de Lemba. Contudo a noiva não seria senão D. Manuel da Nóbrega Ne Njinga a Ngenge, aventureiro irmão do falecido Rei D. Daniel, que ia mascarado de mulher.

D. Pedro III e sua fidalguia foram receber fora de portas o tal cortejo, com o à-vontade de quem não espera senão abraçar a sua prometida noiva e rainha. Todavia uma bala disparada do séquito do Soyo prostou logo o Rei D. Pedro. Na refrega que se seguiu, muitos fidalgos de Lemba tombaram mortos. Os irmãos de D. Daniel e os chefes militares do Soyo regressariam satisfeitos com o êxito da sua missão.

Em Lemba subia ao poder D. João II.

Estando Mbanza Kongo sede-vacante, esforçava-se D. Garcia III por ser aceito como rei único do Congo. Para tal, ele promoveu várias reuniões envolvendo fidalgos que não eram totalmente hostis, e movimentando padres capuchinhos, como Fr. Filipo da Galese, que lhe propagandeavam a candidatura ao trono.

D. Garcia III contudo não conseguiu muito mais do que o apoio do Conde de Soyo.

Pondo-se em contacto com as autoridades governamentais e religiosas de Luanda, D. Garcia III pediu ao Governador Aires de Saldanha de Menezes e Sousa (1676-1680) e ao Bispo de Congo e Angola D. Fr. Manuel da Natividade (1676-1686) o envio de especial embaixada religiosa com o fim de o coroar. Tal não pôde ser atendido, pelo que D. Garcia III teve de se contentar em 1680 apenas com cerimónia da coroação, executada pelo Vigário-Geral D. Miguel de Castro, a par de vagas promessas de futura colaboração da autoridade episcopal.

Deambulando pela zona livre, D. Garcia III apenas disfrutava da protecção do Conde de Soyo D. António Barreto da Silva I (1680-1691 Junho), não sendo reconhecido, mas sim combatido pela corte de Lemba. D. Garcia III conseguiu o domínio do Nsuku, aonde Galese e o P. Michele da Torino haviam ido para fundar uma missão em Mbambalela. Galese chegara a ir falar com o Duque de Nsundi, propondo-lhe a candidatura de D. Garcia III como rei único.

A guerra civil entretanto prosseguia. Em 1685 D. Garcia III sofre uma derrota militar em batalha que lhe deu o Rei de Lemba, sendo obrigado a refugiar-se no Soyo. D. João II nessa incursão incorporou no seu reino o território de Kyowa kya Nza que estava sob o controlo de Soyo. Durante a luta D. Garcia III viu-se obrigado

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

a queimar uma igreja da missão de Nsuku. Por esse motivo ele foi excomungado pelo P. Michele da Torino. Todavia eram excelentes as relações que D. Garcia III, rei católico, mantinha com os missionários radicados no Soyo.

Em 1687-1688 surge como rei na deserta Mbanza dya Kongo D. Sebastião II, em presença meteórica detectada pelo capuchinho Merolla. Caso curioso, D. Sebastião II usava o apelido Gritho (sic) da família real de Lemba, não obstante D. João II de Mbula imperar em Mbanza Lemba.

Em 1688 D. João II mandou chamar o P. Girolamo Merolla da Sorrento com o fim de o coroar. Merolla andava então em digressão apostólica pelos reinos de Ngoyo e Kakongo. Na sua entrevista com D. João II, Merolla sugeria-lhe que negociasse o recolhimento diplomático com os Portugueses, enviando-lhes uma embaixada que iria pedir ao governador de Angola que lhe devolvesse a coroa que estava de posse das autoridades portuguesas, a troco de qualquer presente. Merolla prometia-lhe vir depois com o Superior dos capuchinhos a fim de coroar o Rei, mas em Mbanza Kongo.

Todavia o Rei de Mbula jamais concordou com as três condições mínimas de eleição como rei único e que lhe eram impostas pelos principais fidalgos do País. Consistiam tais condições em a transferência da residência do Rei para a secular capital, a restituição ao Soyo do território de Kyowa kya Nza e a abertura de negociações com os Portugueses com vista ao recolhimento diplomático. Por motivo de tal recusa o Conde de Soyo D. António Barreto da Silva I jamais lhe prestaria qualquer apoio.

Em 1689 D. Garcia III falece em Mbanza Kibangu. Para o substituir, os grandes-eleitores locais colocam no poder D. André I, um membro da família Nlaza.

Em 1690 acontece falecer também D. André I.

Na compita eleitoral que se seguiu, prevaleceu a candidatura de D. Manuel Ne Nzinga Elenke que gozava do apoio do Conde D. António. Em Mbanza Kibangu era assim eleito D. Manuel I, aliás descendente das principais famílias reais Nlaza e Mpanzu. Não gostaram contudo da sua presença no trono de Kibangu os príncipes D. Álvaro Água Rosada Ne Nimi a Mbemba e D. Pedro Afonso Água Rosada e Sardónia (ou Serdónia) Ne Nsamu a Mbemba, ambos irmãos do falecido Rei D. Garcia III e filhos do também já falecido D. Sebastião I.

D. Álvaro e D. Pedro logo se revoltaram para expulsar D. Manuel I do território de Kibangu. O Rei, reagindo, ordenou ao exército que investisse sobre as forças daqueles dois príncipes, pondo-as em fuga. Contudo os dois príncipes da família Água Rosada reorganizaram as suas forças e fizeram propaganda junto do exército real em favor do seu clã, conseguindo primeiro muitas defecções e, já no campo da batalha, a recusa do próprio exército em apoiar o Rei que consideravam intruso. D.

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África*. Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

Manuel I teve assim de retirar do Kibangu para o Soyo, levando consigo as insígnias reais da corte de Kibangu.

Ao poder de Mbanza Kibangu subia D. Álvaro X, ou seja o mais velho dos dois irmãos Água Rosada.

O Conde de Soyo fez novamente eleger D. Manuel I na sua presença, agora em Mbanza dya Kongo, no ano 1691. D. Manuel I aí permaneceu até o ano imediato, contra a vontade das populações e desamparado do próprio Conde que entretanto havia regressado a Mbanza Soyo.

Em Nkondo pontificava com a maior influência neste jogo de colocações e deposições reais a velha Rainha D. Ana Afonso de Leão. Entre outros jovens príncipes, ela alimentava esperanças a um D. Aleixo Afonso, a um D. Pedro Constantino da Silva (o Kibenga) e a um D. Manuel da Nóbrega Ne Njinga a Ngenge. Pouco satisfeito como a forma como a Velha Rainha conduzia os seus cordelinhos, esses príncipes resolveram acabar com ela. Sabendo-o a tempo, D. Ana fugiu para o Kibangu, donde concertou com o Duque de Mbamba um castigo a esses infantes.

O Duque de Mbamba D. Pedro Vale das Lágrimas tratou logo de acelerar as suas forças contra as daqueles infantes, mas foi derrotado pelas de D. Aleixo. Este, pondo D. Pedro Vale das Lágrimas em fuga, apodera-se do Ducado, passando a ser o novo Duque. Como efeito dessa acção bélica D. Pedro Constantino Kibenga apodera-se do Marquesado de Mpemba.

Em face do poderio crescente daqueles infantes e em virtude do seu próprio isolamento em Mbanza dya Kongo, o Rei D. Manuel I teve de abandonar a capital, indo fixar-se em Nkondo Ngombe, onde granjeou um *modus-vivendi* com os três infantes inimigos da Rainha-Velha.

Em Mbanza Soyo, após a morte natural do Conde D. António Barreto da Siva I, era eleito Conde o seu sobrinho D. João Barreto da Silva (Junho 1691 – Agosto 1697). Este tentou ajustar a sua governação e a sua influência aos fenómenos sociais da época.

Entretanto as lutas promovidas pelas régias rivalidades não cessavam. Assim, ao pretender combater o Rei de Kibangu D. Álvaro X, D. João II foi por este derrotado, daí resultando o desenvolvimento de maior prestígio para o Rei de Kibangu. A tal prestígio não ficaram indiferentes os infantes D. Aleixo e D. Pedro Constantino que trataram logo de enviar à corte de Kibangu representantes seus. Por intermédio destes, aqueles infantes transmitiriam a D. Álvaro X a vontade expressa de repudiarem o Rei D. Manuel I, com que conviviam, e aceitarem a D. Álvaro X como rei do Congo. Sugeriam para isso, a fim de serem evitadas futuras desavenças prejudiciais ao desejo de paz por todos ambicionada, a morte de D. Manuel I com restituição das insígnias reais de Kibangu, a troco da morte da Rainha-Velha D. Ana.

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

D. Álvaro X aceitou tal proposta na medida em que viesse a ficar com menos um rival. Assim no dia 23 de Setembro de 1693 D. Manuel I sucumbia em Nkondo Ngombe ao êxito de uma traição enredada por aqueles aventureiros príncipes. Estes enviaram para Mbanza Kibangu as insígnias reais que estavam na posse de D. Manuel.

D. Álvaro X todavia não cumpriu a sua palavra de mandar matar a Rainha-Velha, coisa que jamais lhe havia passado pela cabeça. Esta atitude do Rei bastante enfureceu a D. Aleixo e a D. Pedro Constantino que aceitaram o facto com resignação. Os infantes, maquinando para futuro alguma traição de modo que ninguém pudesse valer à velha Rainha, continuariam contudo a apresentar amizade e respeito pelas reais decisões.

Em 1693, de 23 de Fevereiro a 1 de Setembro, foi o reino de Lemba percorrido pelo P. Basilio da Palermo. Este pertencia a um grupo de 13 missionários que haviam chegado a Luanda em 1690 e que incluía os PP. Lucca da Caltanisetta e Egidio del Palazzo. Estes dois e Basilio haviam sido enviados ao Congo em 1692, tendo-se instalado na antiga missão de Mbambalela. Daí partiram Lucca para Nsuku e Zombo (1692) e Basilio para Lemba (1693).

Basilio da Palermo foi muito acarinhado em Lemba, onde era rara a passagem de qualquer missionário. Aí verificou a presença de muitos Bavidí (plural de Mvidi ou Muvidi ou Mubili; os antigos Mubiris da documentação portuguesa) que eram negociantes do Norte (costa dos reinos nortenhos de Ngoyo, Kakongo e Lwangu), chefiados por um homem cristão que facilitou o baptismo católico de cerca de duas centenas de companheiros seus.

Nesse período, Basilio da Palermo esteve em Mbanza Vunda, onde morava a Rainha D. Ilária, viúva de D. António I. Contudo Basilio deliberou excomungar a velha Rainha, por verificar estar o religiosismo desta muito afecto ao fetichismo. Basilio regressa a seguir a Nkusu, onde adoece, passando depois a Luanda, onde vem a falecer em 22 de Setembro de 1694. (CUVELIER, Contribution à l'Histoire du Bas-Congo, in Bulletin des Séances, vol. XIX-1948, nº 4, p. 895-921).

D. Ilária (ou D. Hilária) que segundo o P. Marcelinho d'Atri nas suas *ôGiornate Apostoliche*ö ainda estava em 1694 em Lemba, passaria posteriormente para Mbanza Kongo, aquando dos acontecimentos que serão narrados mais adiante. Uma primeira leitura paleográfica do seu nome em coeva *Relação* levou Cuvelier a chamar-lhe D. Flávia na *ôBiographie Coloniale Belgeö*. Posteriormente, sem ser levado a ler Maria, nome mais vulgar, Cuvelier leu Ilaria em vez de Flavia. (CUVELIER, Relations sur le Congo du Père Laurent de Lucques 1700-1717).

No ano 1694 falece em Mbanza Kibangu o Rei D. Álvaro X, sucedendo-lhe no trono o seu irmão D. Pedro Afonso, agora D. Pedro IV.

1694-1696

Não se sabe ao certo a data exacta da elevação ao trono de D. Pedro IV como rei do Congo em Mbanza Kibangu. Todavia pode inferir-se que tal facto haja acontecido durante o último trimestre de 1694. Com efeito sabe-se que o P. Lucca da Caltanissetta, então residindo na missão de Nkusu, partiu para Kongo dya Lemba depois da festa de Assunção (15 de Agosto). Todavia ele não passou de Kimpense, que ficava nos limites territoriais de Lemba, por lhe constar não andar D. João II a viver em boa disposição. Aí exerceu o seu ministério religioso, tomando depois novamente o caminho para Nkusu. Contudo, desviando um pouco a sua rota, passou pelo Estado de Kibangu, onde ainda reinava D. Álvaro X. Pouco depois de se encontrar já em Nkusu, é que Lucca veio a saber do falecimento do Rei de Kibangu.

Segundo uma rota de Cuvelier in *Relations sur le Congo du Père Laurent de Lucquesö*, está inscrita na *Biographie Coloniale Belge* (II, 12) a data Dezembro de 1695 para a morte de D. Álvaro X. Desconhecemos aonde foi Cuvelier achar tal data que, pelo informe de Caltanissetta, parece não ser rigorosa.

D. Pedro IV do Kibangu e D. João II de Mbula foram reis contemporâneos e principais rivais, embora não únicos candidatos ao cetro do Estado Conguês. Porém, no momento da eleição de D. Pedro IV, este e D. João II eram de facto os únicos reis que então havia no Congo.

Em 1694 dominava o Soyo o Conde D. João Barreto da Silva (1691-1697).

O ano 1695 pouco nos diz. Cada um dos Reis dirigia os destinos do respectivo território, nada de especial havendo a assinalar.

O P. Lucca da Caltanissetta, esse prosseguia a sua missão de tratar com os principais fidalgos acerca da nomeação do rei único. Embora as mulheres estivessem afastadas do trono, Lucca teve ocasião de verificar quão grande era a influência da velha Rainha D. Ana Afonso de Leão, viúva de D. Afonso II Afonso. Esta insistiria com ele para que conseguisse a anuência de D. João II de Lemba para o cargo de rei único do Congo. Como este não aceitasse as condições necessárias para a sua investidura, D. Ana Afonso de Leão acabou por desistir do apoio à sua candidatura. (CUVELIER, *Contribution à l'Histoire du Bas-Congo*, in *Bull. des Séances*, XIX-1948, n° 4, p. 895).

Em 1696 já se havia atingido o auge das lutas intestinas. O País encontrava-se já cansado. A onda de sangue que o avassalava, só tinha uma causa, a impossibilidade de qualquer príncipe ser aceite como rei único. Ciente disso, os grandes do País, agora mais conscientes do problema, começavam a pensar na escolha, para rei, do príncipe que oferecesse melhores condições para a valorização da sua candidatura. Entre essas condições avultava a não recusa do candidato em

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

instalar-se na capital imperial, para que não se tornasse óbvia a latente intervenção estrangeira.

De Março a Abril o capuchinho Fr. Lucca da Caltanissetta que se deslocara a Lemba, havia debalde conseguido que D. João II aceitasse as condições mínimas para ser apoiado como rei único do Congo. Caltanissetta, bastante preocupado com o problema sucessório, esforçava-se por tratar do assunto com os principais fidalgos com quem falava nas suas visitas pastorais.

O próprio Conde de Soyo D. João Barreto da Silva já se havia comprometido a aceitar a coroação de D. João II, desde que este cumprisse as condições mínimas que incluíam a restituição ao Conde do território de Kyowa kya Nza, na posse de D. João II desde 1685. O Rei de Lemba todavia não estava nada interessado em governar o Congo no sítio de Mbanza Kongo, nem tão-pouco disposto a ceder o território ocupado, e pouco se importando que os Portugueses o reconhecessem ou não como rei do Congo.

Os olhos do povo começavam então a reparar na crescente personalidade do Rei de Kibangu D. Pedro IV. Este começou também a pensar mui seriamente que poderia vir a ser reconhecido como rei único. Solicitado pelo ambiente que estava a gerar-se à sua volta e aconselhado a apresentar-se aos olhos do povo como capaz de cumprir as condições exigidas para ser eleito rei único, D. Pedro IV aceitou a iniciativa de se aproximar da velha capital imperial.

Assim em meados de 1696 o Rei de Kibangu entra em Mbanza Kongo, sendo muito festejado pelo povo que, já havia muito, ansiava por um rei na capital. No dia 2 de Agosto, embora não estivessem lá os principais eleitores, celebrou-se a coroação de D. Pedro IV. Em especial festividade ele foi reconhecido único rei do Congo pelo Mani Vunda e coroado pelo Vigário-Geral Luís de Mendonça, missionário português.

D. João II não aceitou contudo essa ideia. Prontamente prometeu aos seus adeptos combatê-la, pois que no seu entender só devia ser reconhecido rei do Congo quem de facto possuísse as legítimas insígnias reais, e essas estavam em Mbula, embora o rival possuísse as suas próprias insígnias. Reabriram-se assim as hostilidades entre ambas as facções.

Cedo gerou-se um profundo mal-estar em Mbanza Kongo. D. Pedro IV, cauteloso como era e desejando tornar a sua vida mais duradoura, não teve outro remédio senão evitar qualquer desmando da parte dos adeptos de D. João II. Assim ele não permaneceu muito tempo em Mbanza Kongo, retirando-se logo para o monte de Kibangu, onde se sentia mais seguro.

D. Pedro IV havia contudo dado o primeiro sinal do desejo de reunificar todas aquelas desavindas partes do Congo. Não esmorecendo, ele continuava a

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África*. Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

sonhar vir um dia a permanecer por muito tempo sentado naquela cadeira real de Mbanza Kongo, por onde vários anos antes havia passado meteoricamente, entre outros, o seu próprio pai D. Sebastião I. De este havia recebido o incentivo que o impelira à anterior acção.

Por essa ocasião D. Pedro Vale das Lágrimas, que havia reorganizado as suas forças, invade o Ducado de Mbamba, consegue penetrar em Mbanza Mbamba, onde dá batalha a D. Aleixo, matando-o e reapossando-se do seu título de Duque de Mbamba. Nessa acção ele reconquista também o Marquesado de Mpemba.

D. Aleixo Afonso era o segundo Duque de Mbamba que D. Pedro Vale das Lágrimas matava. O primeiro, a quem conquistara a chefia do Ducado, também se chamara D. Pedro.

Após a morte de D. Aleixo, seguida do reapossamento do Ducado de Mbamba e do Marquesado de Mpemba, D. Pedro Vale das Lágrimas entregou a chefia deste marquesado a D. Manuel da Nóbrega Ne Njinga a Ngenge, que viria mais tarde a ser seu fidalgal inimigo.

Do Ducado de Mbamba fazia parte do Marquesado de Musulu que tinha fronteira com a zona de Angola dominada pelos Portugueses. Com efeito o posto português mais avançado era Kwatumbu, perto da barra do Dande.

Com o apoio de D. Pedro Vale das Lágrimas pôde a velha Rainha D. Ana Afonso de Leão dirigir-se a Nkondo, onde no dia 3 de Setembro de 1696 os seus partidários lograram derrotar e expulsar as forças de D. Pedro Constantino, que teve a felicidade de escapar com vida.

1697-1698

D. Pedro Constantino, ora desafortunado, tentou apoio no Reino de Mbula, mas teve de fugir daí por verificar não serem amigáveis as intenções de D. João II sobre a sua pessoa. Entrou então em Kibangu, onde se pôs à disposição de D. Pedro IV que o acolheu favoravelmente. Esta medida contudo caiu no desagrado da velha Rainha D. Ana Afonso de Leão, que não via com bons olhos a hospitalidade que El-Rei concedia a seu famigerado inimigo. Contudo maiores trabalhos adviriam ao monarca, a seguir.

D. Pedro IV conhecia o carácter de D. Pedro Constantino, de quem pretendeu aproveitar os serviços na medida em que viessem a beneficiar o seu entronamento. Com homens da estirpe de um D. Pedro Constantino havia de jogar e atrair para não prejudicar o seu governo. D. Pedro IV jogou. Começou por nomear o Kibenga para o alto cargo de Capitão-General das suas forças, concedendo-lhe ainda o título de Príncipe do Congo.

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

A protecção que D. Pedro IV passara a conceder a D. Pedro Constantino, desgostou profundamente à Velha-Rainha D. Ana. Ela enviara sem qualquer resultado representantes seus junto do Rei, a fim de lhe fazer ver a falta de senso em acoitar um príncipe que, no seu entender, deveria ser exterminado pelos vários actos atentatórios que contra ela havia tomado. No dia em que D. Ana Afonso de Leão adquiriu a certeza de que não seria revogada a nomeação do Kibenga para os altos cargos de Capitão-General do exército e Príncipe do Congo, ela explodiu de raiva contra essa nova orientação do Rei de Kibangu, rompendo as suas relações e não permitindo qualquer intercâmbio através dos caminhos que ligavam as suas casas reais.

Nas démarches que se fariam para a escolha do rei único, D. Ana Afonso de Leão entraria para o campo da abstenção, uma vez que não conseguiria demover a atitude de D. João II de jamais querer instalar-se em Mbanza dya Kongo, e também em virtude da política pessoal de D. Pedro IV que, sem a mínima consideração por ela, acolhia no seu seio a D. Pedro Constantino, o mais directo inimigo dela.

No Soyo D. João Barreto da Silva assumia medidas drásticas contra os capuchinhos, reflexo da política nitidamente despótica e anticatólica que estava a seguir. Devido a tais atitudes, a intriga começou a lavrar até mesmo dentro do Palácio dos Muros, onde os seus próprios irmãos se puseram a conspirar contra ele.

D. João Barreto da Silva faleceu em 8 de Agosto de 1697 (vid. JADIN e CUVELIER). Diz-se que ele morreu desesperado ou foi morto. Surgiram logo dois principais candidatos ao seu lugar: D. Francisco de Castro e D. António Barreto da Silva e Lencastre, irmão do falecido D. João. Nesta circunstância D. António resolveu o problema, matando o outro candidato com um tiro de arcabuz.

D. António era sobrinho do outro Conde D. António Barreto da Silva I que governou de 1680 a 1691. Por ter nome idêntico, chamar-lhe-emos D. António Barreto da Silva II.

O novo Conde começou o seu governo sob bons auspícios, governando a contento de todos. No plano religioso ele foi apreciado como sendo tolerante e bom católico.

Nessa era os capuchinhos atingem zonas bastante interiores. Lucca da Caltanissetta e Marcelino d'Atri chegaram ao Reino de Ingobella (sic), onde converteram o Rei ao catolicismo.

Em 1698 veio juntar-se aos missionários que actuavam nesta parte da -frica, o capuchinho Antonio Zucchelli da Grandisca que, posteriormente, escreveu um longo e importante relatório dos acontecimentos que apurou nos reinos da bacia do Zaire, nos 4 anos da sua estrada.

1699

Em Mbanza Kibangu o Rei empenhava-se, por meio de uma doce política, em controlar o caráter aventureiro de D. Pedro Constantino, persuadindo-o a trilhar o caminho da paz e da negociação, mas encorajando-o a defender o Reino de os seus inimigos. D. Pedro IV procurava assim ser ajudado na criação de condições mais favoráveis para a sua eleição.

D. Pedro IV concertou o seu casamento com D. Hipólita-Maria Mpanzu, jovem de 20 anos, sobrinha uterina de D. Pedro Constantino e ainda sua parente. Com efeito D. Pedro Constantino, pertencente ao clã Mpanzu, era fidalgo por parte de sua mãe e parente do Conde de Soyo por parte de seu pai; todavia genealogicamente não usufruía de grande aceitação, motivo por que nos meios religiosos-europeus era tido como bastardo. Sua sobrinha que estava destinada a ser rainha do Congo, era filha de uma irmã sua. Ela era uma Kimpanzu, ou seja, elemento do clã ou família real Mpanzu. As crónicas divergem quanto a seu nome, chamando-lhes uma D. Hipólita, e outras D. Maria Mpanzu. Nós adoptaremos para ela a designação onomástica D. Hipólita-Maria Mpanzu.

O enlace matrimonial realizou-se em 1699 com dispensa de parentesco, tendo sido celebrante o capuchinho Fr. Giovanni Maria da Barletta, sob assistência do Prefeito Fr. Francesco da Paiva, que acumulava também as funções de embaixador de Portugal.

Desde anos atrás que os Portugueses vinham a interessar-se pela situação no Congo. A instabilidade governativa era a matéria principal da correspondência entre os governadores de Luanda e os missionários e o Conselho Ultramarino de Lisboa. Vários estudos sobre tal situação foram encetados, e várias resoluções tomadas, no sentido de se sugerir aos principais fidalgos congueses as medidas que acabassem com tal estado de cousas. O Rei de Portugal D. Pedro II chegara em 1700 a sugerir o estabelecimento de 12 presídios militares no Soyo e no interior do Congo, que assegurassem a defesa do rei que fosse eleito, e assim pudessem ser precauções incansáveis nas viagens diplomáticas que fez, levando aos principais fidalgos que visitou, aliciante propaganda sobre a necessidade da urgente erecção do rei único. Com esse fim ele visitou o Duque de Mbamba D. Pedro Vale das Lágrimas, o Duque de Nsundi D. Domingos de Castro, o Duque de Mbata D. Álvaro, o Marquês de Mpemba e sobretudo a Rainha-Velha D. Ana Afonso de Leão. Esta, acatando a palavra do missionário, desistiria temporariamente da candidatura do seu sobrinho D. Álvaro, em que andava interessada. Todos eles concordaram aceitar e apoiar D. Pedro IV como único soberano do Congo. O Conde de Soyo D. António Barreto da Silva II (1697-1708), que dava continuidade à política dos seus antecessores, permanentes instigadores de sucessivos golpes políticos em favor de candidatos seus

apaniguados, não tardaria também aceitar a candidatura de D. Pedro IV, pelo menos nominalmente.

Assim, salvo os partidários de D. João II e pouco mais, era corrente ver-se em D. Pedro IV o rei que ora se encontrava em melhor posição para governar o Congo.

Quando em 1699 apareceu em Lemba Fr. Francesco da Pavia investido nas funções de embaixador de Portugal e interessado na resolução do problema da realeza única do Congo, D. João Rei de Mbula teve sem ele sérias conferências, em que o capuchinho pretendeu convencê-lo a considerar-se rei único do Congo e a proceder de modo a que por todo o povo fosse reconhecido como tal.

Pavia, que estudara a genealogia de cada um, via nele o príncipe de linhagem mais válida e por conseguinte aquele que mais merecia ser apoiado para o fim em vista. Era seu fito estabelecer as pazes entre D. João e seu rival, e aliás primo carnal, D. Pedro IV, e convidar D. João a estabelecer-se em Mbanza dya Kongo, desde que ele aceitasse as directrizes que o importiam como chefe perante todos os outros principais fidalgos congueses.

Infelizmente para D. João as suas negativas atitudes, julgadas por Fr. Francesco da Pavia, foram-lhe de uma perniciosidade incontestável, que jamais o fariam contar com a simpatia do missionário. D. João II mostrara-se insensato quanto às propostas de Pavia, das quais era afinal a mais importante a sua ida de Lemba para Mbanza Kongo. D. João II, apegado ao seu quinhão, não pensava jamais abandoná-lo para se deslocar a outra e longínqua cidade, onde a segurança da sua vida ele não imaginava tão eficaz como ali em Lemba.

Pretendendo experimentar a forma como reagia às questões religioso-católicas, Fr. Francesco de Pavia sondou D. João II que lhe deu a entender achar-se nesse campo num atraso tão grande, que Pavia não encontrara relativamente à mentalidade dos outros príncipes com quem contactara. Para ele, D. João II sofria de delírios, resultados talvez de uma vida fértil de prazeres em que, como senhor absoluto e livre de preocupações, se não eximia a certos vícios como o da bebida. Pelos acessos que o Rei tinha, Pavia concluía da sua impossibilidade de bem governar um Estado necessitado de um pulso forte.

Ou por aliciamento ou por consequência natural dos factos, muitos dos principais fidalgos de Lemba não alimentavam esperança de ver D. João II no trono de Mbanza Kongo, como governante de todos aqueles povos. Assim, quando Pavia se convenceu de que o príncipe mais válido para governar o Congo era D. Pedro IV, ideia essa aliás já bastante alastrada por todo o Congo, muitos dos principais fidalgos de Lemba passaram também a considerar ou a aceitar D. Pedro IV como o verdadeiro rei do Congo.

Chegou mesmo a haver em Lemba uma reunião entre os principais conselheiros e nobres, em que se estudou a situação do País, acabando todos por concor-

dar em aceitar como rei a D. Pedro IV. Nessa reunião teriam tido bastante influência aqueles fidalgos que eram católicos de gema e abominavam as práticas gentílicas que largo sector do seu povo ainda seguia, incluindo fidalgos de linhagem como o próprio D. João II e seus familiares. A base de tal decisão era acima de tudo a impossibilidade física que viam no seu rei de poder governar todo o País segundo as instituições estabelecidas.

D. João II tinha uma irmã chamada D. Elena (ou D. Helena) que ficou bastante chocada com a falta de regionalismo dos seus próprios fidalgos. Pensando talvez em estar a fugir-lhe uma oportunidade de vir também a ser rainha, ela revoltou-se publicamente contra tal atitude dos nobres, afirmando e espalhando a ideia de que se todos consideravam o seu irmão incapaz de governar o Reino, deveria então ser eleito o seu genro D. José. D'entre os que seguiam, firmou-se tal ideia, a ponto de a propaganda em prol do novo candidato haver abalado a opinião de muitos dos conselheiros que estavam a preferir o pretendente do Kinbangu.

Este D. José não se encontrava em Lemba e, quando lhe chegou aos ouvidos a campanha que em volta do seu nome se fazia para substituir D. João II, deve ter sentido um forte arrepio atravessar todo o seu ser, ao pensar em tomar parte em semelhante golpe-de-estado. D. José preferia estar como anteriormente sem grandes problemas para sua vida e muito menos aquele de arrostar com o ódio e a posição dos detentores do poder. Assim mandou imediatamente recado à sua sogra D. Elena para que desistisse da ideia, uma vez que ele não estava disposto a entrar em tão perigoso campo, em tão traiçoeira liça.

D. Elena na sua mbanza pouco queria saber dos gostos ou opiniões do genro. Se havia ali quem tivesse potência opinante capaz de zelar pelos direitos da sua linhagem, era ela. D. Elena mostrava-se agressiva na sua maneira de expor as suas reivindicações. Se um rei do clã não servisse aos olhos dos conselheiros, que pusessem lá no trono outro; que não se fosse nsangar rei de clã alheio e longínquo.

O modo expressivo como D. Elena apresentava a candidatura do seu genro não bateu em seara estéril. Muitos dos conselheiros e principais fidalgos começaram a acompanhá-la na razão que a assistia. A dúvida cedo penetrou no espírito de todos os outros que haviam votado em D. Pedro IV. é confusão gerou-se a alteração de ânimos. Embora D. José do exterior se negasse a participar naquela campanha, o certo é que D. Elena havia já demovido posições políticas, alimentando a intriga, esmerilando a propaganda.

Fr. Francesco da Pavia, desiludido com o caminho que os acontecimentos estavam a tomar, tentou opor um travão às pretensões de D. Elena, quer incutindo força de ânimo naqueles fidalgos que, além de terem aceite D. Pedro IV, abraçavam a doutrina católica, quer recorrendo-se às suas razões religiosas, através das quais

via a salvação do Congo na entrega do governo a um rei de bons princípios, a quem não estivesse isenta uma firme natureza católica, capaz de extirpar os males da idolatria gentílica.

Pavia chegou mesmo a deslocar-se à mbanza de D. Elena, com o intuito de a convencer a abandonar a campanha que ela estava a realizar e que o missionário considerava retrógrada e pernicioso para os interesses vitais do Congo. Aí contactou com os fidalgos que a seguiam, verificando com pena estar já bastante arraigada a ideia da candidatura de D. José.

No meio dos ânimos exaltados, Pavia fazia ver aos fidalgos a insensatez da escolha, na medida em que não podia conceber um Estado como aquele, cujos reis eram geralmente católicos, vir a estar sob o domínio de uma corte que se dedicava a práticas de superstição e feitiçaria. Pavia esgotou em vão os seus argumentos ante uma assembleia de cenho fechado que vivia o dogma da nova proposição política. Teve a oportunidade de verificar a falta de instrução religiosa de que enfermavam os principais súbditos daquela terra.

Totalmente desiludido, Pavia resolveu abandonar aquela mbanza para regressar a Mbanza Lemba; mas antes de tudo admoestou seriamente D. Elena e seus fidalgos, responsabilizando-os das inclemências que iriam provocar no Congo não só com tal atitude, mas também, se acontecesse, com a eleição de D. José, isto é, com a supremacia de uma corte que considerava pagã.

Além disso, ciente das práticas de religiosidade local ou feitiçaria a que se entregavam não só D. Elena como os seus principais fidalgos, primeiro advertiu-os de que deveriam abandonar imediatamente tais práticas, entregando-se puramente ao catolicismo. Como não visse quaisquer modificações ou progressos nos seus hábitos, Pavia decidiu então excomungá-los, partindo a seguir para Mbanza Lemba.

D. Elena, naturalmente ressentida pelo facto de a sua excomunhão haver tido uma causa política, enviou uma embaixada a Mbanza Lemba, com o fim de pedir a Fr. Francesco da Pavia que lhe fosse levantada a excomunhão. Pavia disse aos embaixadores que não se importava de lhes lançar a absolvição desde que todos dessem a mais completa satisfação à Igreja, cumprindo todas as suas obrigações de gente católica e aceitando as penitências que ele impusesse. As palavras do missionário foram aceites. Na mbanza de D. Elena estaria na ordem a drenagem do espírito e deposição da mente à pureza dos hábitos católicos. Mas era muito difícil para todos abandonar num ápice hábitos ancestrais de idolatria.

Em Mbanza Lemba, D. João II não tinha ataques de delírio frequentes vezes. Isso significa que nos seus momentos lúcidos havia constatado com tristeza a conspiração de sua irmã, de forçar alijarem-o do trono em benefício do genro dela. é tristeza devem ter-se seguido a raiva e o ódio. Jamais perdoaria tal atitude a D. Elena,

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África*. Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

a quem passou a desejar o seu desaparecimento da cena. Para isso ele ainda contava com fiéis partidários que possuía na própria mbanza de D. Elena. Bastar-lhe-ia o conveniente aliciamento que movesse a insuspeita mão por qualquer processo pudesse tornar mais sólido o reinado de Lemba.

Todavia, passados uns 6 meses sobre estes acontecimentos, o destino veio favorecer o Rei de Lemba. Com efeito num determinado dia tanto D. Elena como vários conselheiros seus que morreram numa rasia que atingiu mais de 5000 pessoas. Isso só deve ter sido possível graças a qualquer surto epidémico que alastrou naquela mbanza. (JONGHE et SIMAR, Archives Congolaises, 207, citando uma relação de Pavia).

D. Elena deixaria assim de criar problemas ao Rei D. João II. Por outro lado, D. José jamais apareceria a meter-se no perigoso e traiçoeiro jogo dos golpes-de-estado. Permaneceria longe da corte, mas vivo e de acordo com a sua consciência. D. João II continuaria à testa do seu pequeno reino, sem disposição alguma de sair de Lemba, para ir procurar glória incerta algures, longe dos seus campos.

Em Lemba, contudo, muitos eram os fidalgos que aderiram a D. Pedro IV. A ideia de este Rei vir a ser escolhido para rei principal do Congo, alastrava, colhendo adeptos por toda parte, segundo um informe de Fr. Francesco da Pavia citado em diversas fontes.

Pavia regressou depois a Mbanza Kibangu. Aí, em entrevista especialmente solicitada, expôs a D. Pedro IV a situação em que se encontrava a crise dinástica. O Rei ficou ciente do apoio que estava a auferir da parte dos diversos fidalgos principais do Congo, nomeadamente da velha Rainha D. Ana Afonso de Leão. Com a palavra desta, beneficiando a influência extensiva de D. Pedro IV, estava preterida a projectada candidatura do sobrinho dela D. Álvaro, embora este ruminasse em Nkondo a ideia de buscar apoio que o guindasse também à realeza.

Acordaram os fidalgos que aceitaram D. Pedro IV como rei incontestável do Congo, marcar a data sua coroação para o Sábado-Santo do ano imediato.

Quando em 1699 Fr. Francesco da Pavia partiu para Roma, ele ia incumbido de prestar ao Papa Inocêncio XII (1691-1700) as homenagens de D. Pedro IV. Este havia escrito ao Papa noticiando-lhe o seu acesso ao trono, bem como o seu casamento.

Por chegar a estar preso dos Franceses durante 5 anos, Pavia só em 1707 chegaria a Roma, onde estava já no poder o Papa Clemente XI, sucessor da Inocêncio XII. Pondo-se em contacto com o novo Papa, relatou-lhe todos os acontecimentos então passados no Congo, aconselhando-o a responder a D. Pedro IV, um rei católico como qualquer outro, que muito prezava a sua independência e que não reconhecia qualquer sujeição aos Portugueses. Pavia aconselhou ainda o Papa a escrever

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

cartas de satisfação à Rainha-Velha D. Ana Afonso de Leão, ao Duque de Mbamba D. Pedro Vale das Lágrimas, que era primo do Rei, ao Duque de Nsundi D. Domingos, ao Duque de Mbata D. Álvaro e ao Conde de Soyo D. António Barreto da Silva II, pelo apoio que deram à escolha de D. Pedro IV. Pavia sugeriu também que o Papa autorizasse o envio de uma coroa de prata dourada destinada a D. Pedro IV, em virtude de se haver perdido na Batalha de Vulunga a coroa que havia sido oferecido ao Rei do Congo pelo Papa Inocêncio X (1644-1655). Enfim, outra sugestão dele consistia em que o Papa nomeasse um vigário-geral exclusivamente para o Congo, de preferência capuchinho.

Clemente XI (1700-1721) mostrou-se interessado no conteúdo das palavras do missionário, sentindo nas medidas preconizadas o estabelecimento de melhores condições para cristianização do Congo, outrora feita com bons resultados e efeitos.

As negociações entre a Santa Sé e Portugal, visando a nomeação de um vigário-geral para o Congo, arrastavam-se entre 1710 e 1711 sem qualquer resultado prático, por não ver o governo português com bons olhos a crescente influência da esfera capuchinha ou da Propaganda Fide na direcção dos assuntos religiosos do Congo.

Também o envio da coroa real não voltou a ser considerado, desde que apresentou parecer contrário outro capuchinho, Fr. Columbano da Bologna, naturalmente desiludido com a instabilidade governativa e a falta de segurança pessoal então existente por todo o Reino do Congo.

É de salientar o interesse da Santa Sé nos assuntos internos do Congo, ao pretender estabilizar toda aquela agitação que ali reverberava, com a eleição do rei único que fosse reconhecido por todos os grandes do País.

1700-1703

Por essas alturas tomou grande vulto o aparecimento das primeiras religiosas autóctones. Elas diziam-se inspiradas por personagens da Bíblia e do hagiológico cristão, passando mesmo a usar os respectivos nomes ou siglas religiosas. Além disso congregavam entre si núcleos de aderentes que concitavam à formalização de seitas, cujo fundo doutrinário bastante se afastava do puro catolicismo. Junto das massas populacionais as seitas fanático-religiosas doutrinavam também a ideia de que o País carecia de um só rei que o governasse em paz e que lhe pudesse elevar o baixíssimo nível económico em que se encontrava atolado.

No Kibangu a primeira mulher a sentir a sua palavra aceite pelas multidões foi uma velha mulher chamada Fumaria; talvez sugestionada com o permanente

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África*. Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

estado de guerra então em vigor, ela anunciava ter tido uma visão da Virgem que lhe dera a entender estar Deus prestes a castigar todo o mundo.

Levada perante o capuchinho Fr. Bernardo da Gallo, na altura em Mbanza Kibangu, este atendeu às suas declarações, estudou o caso, mas permaneceu céptico. Fumaria, aureolada agora de poder místico, dizia estarem as suas acções inspiradas pelo Velho Simeão, personagem bíblico vidente de Messias, adoptando o seu nome e aparecendo ao público, a quem discursava homilias destinadas a acordar o espírito do povo, morfinizado pela habitual situação política.

A seguir a Fumaria, fez a sua aparição Kimpa Vita.

A princípio as seitas actuavam independentemente uma das outras, sem qualquer elo de ligação de natureza superior ou sem qualquer interesse intimamente comum. Uma das seitas mais importantes chamava-se Marinda, e a sede do seu campo de acção localizava-se perto de Mbanza Kongo. Kimpa Vita era Nganga-Marinda, isto é, sacerdotiza da seita de Marinda. Todavia Kimpa Vita começou a impor a sua personalidade e a ganhar força doutrinária ou mística, alicerçando o movimento que fez vibrar o Congo, a partir da evolução a que soube condicionar o anterior e periclitante movimento sectário.

Kimpa Vita dizia-se inspirada por Santo António, tendo ela própria adoptado o nome Santo António, pois que encarnava cá na Terra quem pelos seus exemplos lhe insuflara o conjunto de regras morais e religiosas, susceptível de constituir uma doutrina religiosa. Era seu companheiro e um dos principais chefes do seu movimento um homem chamado João de Barros (nos textos, João Barro), que adoptara o nome São João.

Dentro dessa seita surgiram depois como importantes chefes duas mulheres que assumiram o nome Santa Lúcia e Santa Ana.

Outra velha sacerdotiza de renome foi Mafuta (Mafutta), natural do Monte de Kibangu. Ela havia anteriormente sido baptizada com o nome Apolónia, e mais tarde dizia-se vidente da Virgem Maria.

Mafuta era muito acarinhada pelo povo que a ela acorria, impulsionado pelo seu poder de sugestão. Em 1704 contava-se entre os seus adeptos a Rainha D. Hipólita-Maria Mpanzu, que a protegia. (JADIN, *Le Congo el la secte des Antoniens*, 3-413).

Mais tarde detecta-se ainda a presença de uma Santa Isabel em Nkusu (1707).

A seita dos Antonianos cedo teve larga aceitação, multiplicando-se-lhe os adeptos, recrutados em todas as esferas da população, e sem quaisquer barreiras políticas ou sociais a anteporem-se-lhe. O culto não se destinava directamente a Deus, mas sim a Santo António. A cruz havia sido abolida, por ser considerada o

instrumento da morte de Cristo. Nas suas práticas ou actividades religiosas os Antonianos usavam na cabeça uma coroa feita de fio de insandeira.

Os ômaestrosö, como então se chamava aos principais chefes da seita ou aos intérpretes dos padres europeus, tinham todos passado pela fase de puro catolicismo, adaptando agora os seus conhecimentos às novas regras religiosas.

A chefe dos Antonianos, Kimpa Vita, havia sido baptizada catolicamente com o nome D. Beatriz. Ao contrário das outras sacerdotizas, ela era muito nova, pois que sua idade não tinha ainda ultrapassado os 20 anos. O seu retrato, feito na época por Fr. Bernardo da Gallo e publicado no livro de Jadin ôLe Congo et secte des Antoniens. *Restauration du Royaume sous Pedro IV et la æSaint Antoine' congolaise (1694-1718)*”, apresenta-nos essa rapariga dotada de um semblante verdadeiramente religioso, burilado por mão de artista que tão bem soube inspirar-se na candura e no realismo místico da modelo, a despeito do antagonismo das respectivas ideologias.

A zona geográfica de maior influência do antonianismo situava-se na margem sul do Rio Mbriji, especialmente nas cidades de Nkondo e Nzetu, esta sendo o principal baluarte. Alguns anos antes o capuchinho Fr. Antonio Zucchelli da Gradisca verificara nesta última cidade a forte tendência de os seus habitantes abandonarem os primitivos princípios religiosos, para se baptizarem na religião católica, de que muitos viriam afastar-se mais tarde. Contudo, cedo as outras religiões do País começaram a apresentar uma razoável densidade de adeptos da doutrina antoniana, que chegava mesmo a atingir os mais elevado escalão da sociedade conguese de então.

A sua influência far-se-ia sentir nos destinos do País. Com efeito, a par da propagação da sua ideia religiosa, os Antonianos não ficavam indiferentes aos problemas temporais, problemas esses que sentiam na sua própria carne. Estavam a fundo nas questões políticas, desenvolvendo publicamente o tema de que era preciso forçar a eleição de um único rei que tivesse o apoio da maioria da população e que fosse, o mais depressa possível, coroado em Mbanza Kongo. Naquele jogo de interesses políticos a seita dos Antonianos poria em acção toda a sua influência no sentido de suplantar a influência estrangeira desenvolvida pelos padres europeus.

Anotemos agora alguns episódios que emolduraram a evolução dos acontecimentos decorrentes no Reino do Congo.

Em fins de 1700 o Conde de Soyo D. António Barreto da Silva II perde a sua esposa Princesa D. Ana, vítima de um ataque de hidropsia, após um ano de sofrimento. Esse mal já havia vitimado muita gente, incluindo o Secretário-Geral que era um irmão do Conde e que falecera no ano interior.

Algum tempo depois o Conde D. António passou a viver com a sua cunhada Simba, de quem já havia tido secretamente dois filhos, a juntar ao filho que lhe havia dado D. Ana, a sua legítima esposa ora falecida.

Mais tarde, já em 1701, após conversações cordiais com o seu amigo Duque de Mbamba D. Pedro Vale das Lágrimas, foi estabelecido o noivado do Conde de Soyo com a filha do Duque, D. Maria Nanga. Ao fim de 10 meses de viuvez o Conde de Soyo tomou D. Maria Nanga para sua esposa. A nova Condessa era uma jovem menina que não tinha mais de 17 anos, sacrificada com esse casamento aos interesses da política. Ela introduziu na sua corte a moda de ostentar snobismo, evitando falar com qualquer pessoa e colocando o dedo sobre o nariz em acto que ela pretendia significar sinal de grandeza ou de nobreza ou de alto nascimento.

Em Mbanza Kibangu D. Pedro IV não esmorecia na sua ideia de vir a instalar-se rei único em Mbanza Kongo. Faltava-lhe dar o último passo.

Estudada a situação geral do País, D. Pedro IV foi aconselhado a transferir a corte para Mbanza Kongo e a fomentar as medidas económicas de que estava o País necessitado. Ele, pensando maduramente no assunto, acedeu deixar o Kibangu. Mas não o fez imediatamente. Ao pensar em todos os funestos acontecimentos que haviam girado à volta do problema da sucessão, o Rei preferiu enviar à frente o seu Capitão-General D. Pedro Constantino da Silva, o Kibenga, ou seja, o Valoroso, com um programa de reconstrução de aldeias e da capital, amanho das culturas, preparação da instalação do povo e da corte na capital, e ainda com a missão de averiguar a opinião das gentes do Estado acerca da sua eleição.

Em 1701 D. Pedro Constantino, à frente de um bom exército, pôs-se em marcha em direcção à capital. Contudo, no caminho, convencido de que uma estável situação de paz se não criaria de um momento para outro em tal época, tão fértil de permanentes convulsões, cogitou tirar proveito das indagações que fazia, engrossando o exército que comandava com numerosas pessoas do seu clã. Começou por fixar-se em Manka, para além do Rio Mbriji, onde entrevistava chefes partidários que punham gentes à sua disposição, fortalecendo assim o seu poderio. Desta maneira o Kibenga criou a sua própria realeza.

De Manka saiu o grito da revolta. D. Pedro Constantino jamais obedeceria a D. Pedro IV ou a qualquer outro rei. Ele considerava-se detentor de régio poder, como outros o foram naqueles recentes anos. Embora a sua realeza só viesse a confirmar-se mais tarde em Mbanza Kongo, pode todavia afirmar-se que foi ali em Manka que ela começou. Com o exército engrossado e garantido o apoio de mais forças estacionadas em outros locais do Reino, D. Pedro Constantino punha a funcionar a máquina político-militar que iria impô-lo como temível rei naquele complicado tabuleiro. De nada servia a ação dos embaixadores que D. Pedro IV chegara a enviar-lhe com o fim de o chamar à razão ou de o acordar, a tempo, da insensatez do golpe.

Entretanto, de acordo com os principais fidalgos partidários de D. Pedro IV, e uma vez não haver já esperança em qualquer mudança de atitude por parte de D. João II, ficou marcada para o Sábado-Santo de 1702 a coroação de D. Pedro IV,

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

como único e incontestado rei do Congo. Contudo, antes de a Quaresma findar, D. Manuel da Nóbrega Ne Njinga a Ngenge, fiel amigo e parceiro de D. Pedro Constantino, e anteriormente expulso do Marquesado de Mbamba Luvota, concentrando as suas forças junto da capital do Ducado de Mbamba, assaltou-a e queimou-a. O Duque D. Pedro Vale das Lágrimas, prevenido a tempo, retirou-se para um bosque perto dali. Por seu turno, D. Manuel da Nóbrega acampava noutra bosque vizinho, de modo a evitar ter de respirar o fumeiro da Mbanza.

D. Pedro Vale das Lágrimas refugiou-se depois em Kindezi, donde enviou mensageiros em busca de socorros à Velha-Rainha D. Ana Afonso de Leão, que se encontrava em Nkondo. Ao mesmo tempo, enviou pedidos de socorro ao novo Marquês de Mpemba D. Daniel e ao Conde de Soyo D. António Barreto da Silva, ambos seus genros.

O pedido de socorro não se fez esperar, tendo sido reunido um exército de 20.000 homens, que foi logo enviado para o campo da batalha. As hostilidades tiveram contudo resultado fluído, tanto mais que o exército de socorro lutou seriamente com o problema das subsistências.

Os únicos resultados palpáveis dessas perturbações foram o adiamento da coroação de D. Pedro IV e o recrudescimento das lutas internas entre fidalgos rivais que pretendiam apossar-se do domínio de cada província, multiplicando assim ruralmente os dissídios existentes no mais alto nível da sociedade. (CUVELIER, Relations sur le Congo du Père Laurent).

Como curiosidade astronómica, na noite de 5 de Fevereiro de 1702 um enorme cometa apareceu no céu congues.

No plano religioso, a par do antonianismo nascente, continuava a ser escutada a palavra austera dos missionários italianos que em levas atingem aquela zona de -frica, a fim de substituírem os que terminassem vivos os respectivos mandatos.

Lorenzo da Lucca, que havia chegado de Luanda em 4 de dezembro de 1701, tendo assistido no dia imediato à investidura de Bernardino de Távora (1701-1702) no cargo do governador de Angola, seria designado para ir missionar para o Congo. Ele estaria novamente em Luanda, em Julho de 1702, para ouvir ser designado prefeito da missão do Congo. Aliás nessa altura são recebidas no hospício dos capuchinhos, em Luanda, cartas escritas pelo Conde de Soyo D. António, pedindo o envio de missionários para o Congo.

O Conde D. António Barreto da Silva II havia-se comprometido publicamente, e em documento assinado em 25 de Julho de 1702, a aceitar apenas padres capuchinhos italianos como únicos missionários no Soyo.

Entre os missionários que partiam na Europa em Outubro de 1702, por haverem terminado o seu mandato, contavam-se o P. Antonio Zucchelli da Gradisca e o P. Carlo-Maria da Massa-Carrara, que permaneciam no Congo desde 1698.

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África*. Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

Entre os que tombavam para sempre, contava-se o P. Lucca da Caltanissetta, falecido em Luanda no dia 2 de Novembro de 1702. Caltanissetta havia estado 11 anos no Congo onde, a par da sua missão apostólica, realizou notável trabalho político ao tentar, embora sem êxito, conseguir a reunificação do País.

Ainda em 1702, registre-se o desejo que o Rei D. Manuel de Ngoyo tinha em fazer baptizar alguns familiares seus. Assim, para tal fim, chegou mesmo a enviar ao Soyo um filho seu de 12 anos de idade, em virtude de lhe faltarem missionários cristãos no seu reino e em virtude de haver tido conhecimento da modificação das estruturas sociais que estava a operar-se do outro lado do Rio, com a adesão dos povos a novas formas espirituais de conhecer a vida.

Todavia o Rei Ngoyo não foi feliz. Nos meios religiosos do Congo sabia-se que o Rei D. Manuel I do Ngoyo havia sido baptizado catolicamente; mas por falta de assistência religiosa, ele voltaria a cair nos hábitos do religiosismo ancestral, um dos quais, assomando pecaminosamente com tamanha gravidade ante a crítica missionária, consistia na coabitação com mais do que uma esposa. Assim, conscientes da dificuldade havida no envio de padres em missão para os reinos a norte da foz do Zaire, e antevendo as consequências da falta de assistência religiosa àqueles países, os missionários estacionados no Soyo decidiram não baptizar o príncipe real, receando que de nada tal lhe servisse e que acabasse por regressar às práticas do paganismo como seu pai. E pagão regressou o rapaz a Ngoyo.

Em 1703, no Soyo, o Conde D. António prosseguia na anterior política de protecção aos membros da missão capuchinha, acarinhando a sua obra de cristanização. Conta Lorenzo da Lucca em 1 de Janeiro que o Conde ordenara o castigo a bastão para todos aqueles que infringissem os arejados costumes sociais com quaisquer práticas supersticiosas.

Quando efectuava uma visita pastoral na região do Soyo, adoeceu gravemente o P. Félix d'Ascoli, acabando por falecer em 15 de Fevereiro de 1703.

Entretanto em Manka D. Pedro Constantino continuava a receber a adesão daqueles que, desiludidos com as tentativas de ascensão ao poder único por parte de D. João II e de D. Pedro IV, alimentavam agora a esperança na determinação de o Kibenga preparar a posse do trono de Mbanza dya Kongo.

Em 1703, ano em que deflagrou um grande incêndio na capital do Reino, D. Pedro Constantino recebeu em Manka a visita do capuchinho Fr. Bernardo da Gallo, a quem deu provas da sua amizade para com todos os missionários, e de devoção ao culto católico. D. Pedro Constantino conferenciou ainda com o missionário acerca da situação política do País, expondo-lhe abertamente os seus propósitos.

De Kibangu, D. Pedro IV enviou estafetas ao seu antigo Capitão-General, convocando-o à corte a fim de este confirmar a sua vassalagem e tomar a real bênção e

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

favor, coisa a que estava a furtar-se em prejuízo da projectada coroação de D. Pedro IV como rei único do Congo. Em face da obstinada recusa de D. Pedro Constantino e não restando já dúvida alguma da consolidação da sua rebeldia, D. Pedro IV decide não isolar-se em Mbanza Kibangu. Ele não ficaria no Kibangu. O seu caminho havia já muito que o traçara e à sua determinação e juventude ele devia o facto de considerá-lo irreversível. Ele marcharia em direção a Mbanza Kongo, assim que as circunstâncias o permitissem e o seu exército, ora desfalcado, se recompusesse.

1704

Kimpa Vita via na desorganização total do seu País o efeito maléfico da presença europeia no Congo e em Angola, onde os militares, os comerciantes e os padres apenas se interessavam em criar condições de domínio sobre os legítimos donos da terra, com o fim de lhes sacar o melhor fruto. Ela sabia perfeitamente que para lhe salvar o País, tinha de utilizar as mesmas armas astutas dos missionários europeus. A sua nova religião, dirigida por intérpretes, todos seus patrícios, seria o veículo que arrastaria o povo a conceber um nacionalismo que salvasse o País, sem guerras, sem sangue, identificado com a conciliação da ideia de que o povo tinha necessidade apenas de um só chefe. Tal seria o caminho que retransmitiria a prosperidade ao País e fortaleceria os laços sentimentais que uniam o pensamento comum ao nacionalismo concebido pelo falecido Rei D. António I.

O aparecimento da sua ideia religiosa não foi pois bem recebido nos meios onde pontificava a directa influência dos missionários europeus. Por isso Kimpa Vita foi depreciada naqueles meios onde havia interesses ligados aos dos Europeus, nomeadamente na corte de Kibangu.

No Monte Kibangu a velha Mafuta (Maffuta, nos textos) propagava as suas ideias religiosas, mantendo um auditório fanático e alastradiço. Em todas as camadas da população se dava crédito à sua extraordinária personalidade de vidente. Nas suas visões, dizia ela, havia-lhe já aparecido a Virgem. Não só o povo se recorria a ela; a própria Rainha D. Hipólita-Maria Mpanzu procurava-a nas suas necessidades espirituais, e protegia-a.

Quem não via com bons olhos, era o P. Bernardo da Gallo. Este que combatia as práticas da idolatria com permitida severidade, sentia agora estar na presença de uma formidável concorrente, mentora dos povos. Bernardo pretendeu que o Rei D. Pedro IV actuasse energicamente contra Mafuta.

Todavia o Rei não prestava grande atenção aos desvios religiosos de parte da população, desde que daí não sobreviessem para o seu poder quaisquer males

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África*. Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

políticos ou nefastos efeitos sociais. De resto D. Pedro IV entendia na altura não tomar actos que levassem grande parte da população a hostilizá-lo. Ele por enquanto precisava de todos.

Fr. Bernardo pressentia a existência de uma revolução religiosa que estava a grassar por todo o Congo, e tinha já conhecimento do êxito que junto do povo estava a obter a jovem D. Beatriz que se intitulava Santo António. Além disso havia já contactado com outras profetizas ou sacerdotizas que conheciam algo da exegese cristã, por elas apreendido no seu anterior estágio de adeptas do catolicismo andavam a utilizar nas suas proclamações ou práticas aliciatórias. Assim por exemplo o cântico Salvè-Regina soava-lhe aos ouvidos transformado em Sâlve-Antoniana.

Todo esse processo religioso que se estava a operar no Congo, apenas se devia a um único motivo: o desejo de se acabarem com as guerras civis por meio da aceitação geral de um único rei que governasse na velha capital do Congo. Tal era de facto o principal argumento social em que se inspirava a profusão de ideias religiosas que se afastavam do puro catolicismo nas mentes de pessoas que, directa ou indirectamente, com pouca ou com muita profundidade, haviam contactado com esta religião.

Santo António proclamava publicamente a ideia da adesão geral ao apoio a um único rei, por todos aceite, e que assentasse definitivamente no trono de Mbanza dya Kongo. Tal ânsia levou-a a estudar a personalidade de cada um dos candidatos, analisando-a por todos os ângulos.

Kimpa Vita deve ter pensado ser D. Pedro IV o rei que possuía as melhores condições pessoais para vir a merecer a aceitação e o apoio do povo.

Nesta contingência, sem deixar nunca de pronunciar as suas homilias junto dos povos por quem passava, quer angariando adeptos, quer preleccionando a novos chefes do seu movimento, dirigiu os seus passos para Mbanza Kibangu, com o fim exclusivo de conquistar a aquiescência de D. Pedro IV à ideia que estava sustentando. E é provável que o conseguisse se não esbarrasse com a incómoda presença de um renitente e intrépido combatente de todas as religiões diferentes da católica: o P. Bernardo da Gallo.

Apesar de não pretender contrapor-se publicamente à livre escolha da religião antoniana, D. Pedro IV tomara consciência de que parte do povo que o rodeava, podia constituir fácil instrumento de manejo por parte de quem estivesse imbuído da nova ideia religiosa e se propusesse tirar partido disso, de modo a visar socialmente a estrutura da sociedade vigente. Bernardo da Gallo não deixaria de o pôr de sobreaviso. Além disso vinculou o monarca à clássica tradição de proteger somente a religião católica, tal como o fizeram os seus antepassados. Gallo industriou-o ainda mais nos segredos do catolicismo, fazendo-lhe ver as profundas divergênci-

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

as que demarcavam o fundo de todas as outras religiões, nomeadamente a antoniana, cujos efeitos estavam já a fazer-se sentir. Em suma D. Pedro IV ficou habilitado a discutir a base religiosa da ideia que em grande escala estava a ser propagada por Kimpa Vita e por todos os outros prosélitos.

Em Mbanza Kibangu, Kimpa Vita conseguiu apresentar-se perante D. Pedro IV, a quem expôs a sua ideia, devidamente fundamentada, de ser ele o rei que devia assentar em Mbanza Kongo. Provavelmente fê-lo no seu habitual jeito, baseando a escolha do monarca na predestinação dos factos sociais em que assentava a sua doutrina. Todavia não encontrou ela nem ambiente de simpatia, nem o régio cenho predisposto a tolerar-lhe sugestões dessa natureza.

Notoriamente inspirado por Gallo e pretendendo tirar partido do conciliábulo, D. Pedro IV desejou pôr à prova a firmeza de convicções da Santo António e o grau de consistência da validade da sua doutrina.

Compreendeu a religiosa o estado de espírito em que se encontrava o monarca, e decidiu bater em retirada, totalmente convencida de que jamais conseguiria a amizade de D. Pedro IV e a conseqüente adesão à sua ideia. Kimpa Vita não podia mais ajudar o seu movimento a proceder livremente a escolha, tal como inicialmente sugerira.

Encorajados pela palavra e a atitude de Bernardo da Gallo, os principais fidalgos de Mbanza Kibangu, encabeçados pelo Mani Vunda, exprimiam abertamente a sua hostilidade à nova doutrina, criando assim um ambiente insustentável para a chefe antoniana.

Receando quaisquer maus tratos ou presumidos escolhos à sua liberdade de acção, D. Beatriz resolveu abandonar a cidade quanto antes. Consigo apenas levava a certeza de não mais poder contar com D. Pedro IV. Definitivamente retirava-lhe todo o apoio, não o considerando merecedor de se sentar no trono de Mbanza dya Kongo. (JADIN, Le Congo et la secte des Antoniens, 4-414).

Fora da alçada de Kibangu, Kimpa Vita voltou mais serenamente a estudar o assunto que a levava a procurar rei para o seu País. Acrescia ser agora diferente a circunstância.

Kimpa Vita reviu o problema dinástico e chegou à conclusão de que dos outros dois candidatos era mais genuína a realeza de D. João II de Lemba. Foi pois para aí que ela dirigiu os seus passos, sempre debaixo do mesmo propósito, agora tentando convencer D. João II a ir instalar-se em Mbanza Kongo, onde lhe não faltaria o apoio de todos os elementos seguidores do seu movimento. D. João II era sanguineamente um Kimpanzu.

Corria pelo Congo que D. João II de Lemba era dado a delírios de loucura. Contudo nos seus momentos de lucidez ele estava apto para apreciar em pormenor

todos os fenómenos sociais e, apesar de falho de assistência religiosa, discernir o classicismo da religião que abraçara, de todas as hipóteses sectárias que então explodiam pelo Congo. Herdeira da tradição que levava o rei a proteger a igreja católica, D. João II, apesar da carência de religiosos em que vivia, pretendeu sempre ser julgado como um monarca cristão e católico como os demais.

Em certa data comunicaram-lhe estar na corte a chefe do movimento antoniano, que desejava ser recebida por ele. D. João II, assim que se inteirou dos propósitos daquela visita, escusou-se a recebê-la e até recomendou que a tratassem mal e a expulsassem do seu reino.

Não voltava uma vez mais a ser feliz a pobre da Santo António. D. João II recusava dirigir-se a Mbanza Kongo. Para ser rei do Congo, não necessitaria de sair do seu kilombo. Nem Kimpa Vita, nem ninguém o arrancaria dali ou lhe desmentiria a realeza que ali vivia.

Falhada a tentativa de conseguir o acordo de D. João II, Kimpa Vita tratou logo de abandonar o Reino de Mbula, também irredutivelmente convencida de que não seria D. João II quem iria confirmar as suas teses sociais. (Rapport de P. Bernardo da Gallo, in JADIN, Le Congo et la secte des Antoniens, 96-306).

Restava-lhe o Kibenga.

Entretanto em Mbanza Kibangu a Rainha D. Hipólita-Maria Mpanzu, que era já seguidora ou adepta da Velha Mafuta, adere ao antonianismo. A hostilidade da corte, apadrinhada pelo P. Bernardo da Gallo, contra o movimento antoniano, levou a Rainha mais depressa a seguir a Santo António. Além disso ela passou a detestar profundamente o capuchinho e a promover-lhe perseguições ou actos inamistosos. Também havia muito que não reinava a harmonia no seu régio tálamo, tudo devido a questões provindas da divergência de opiniões. D. Hipólita era Kimpanzu e sobrinha do rebelde Rei D. Pedro Constantino, ao passo que o seu real esposo D. Pedro IV era um Kinlaza, apostado em liquidar o Kibenga. D. Hipólita fizera-se antoniana, ao passo que D. Pedro IV continuava a escutar a palavra religiosa dos missionários europeus.

Bernardo da Gallo decidiu ausentar-se um pouco da corte, indo em viagem apostólica até o Ducado de Mbamba. Por acaso, nessa altura aí se encontrava também Kimpa Vita, exercendo análogo serviço mas em prol do seu movimento. Gallo teve o ensejo para verificar uma vez mais as diferenças, a que chamaria erros, de que enfermava a doutrina sectária. Ainda em Mbamba, Gallo encontrou também outra mulher iluminda que dava pelo nome de Santa Lúcia. Tanto uma como a outra recomendavam severamente ao povo para forçar o encaminhamento para a paz interna, segundo as directrizes antonianas.

Kimpa Vita, que percorria todo o Congo tentando uma reconversão ideológica dos seus naturais, ao entrar na zona de Mbanza Kongo, conhecia já o grau de

poderio de que D. Pedro Constantino dispunha. Não via no Reino príncipe mais audacioso, servido por não menos bravos chefes, entre os quais os próprios irmãos de D. Pedro Constantino. Constatara a adesão recebida da parte de muitos populares que estavam ansiosos por ver no poder um só rei. Muitos deles eram antonianos. Foi pois com certo à-vontade que Kimpa Vita decidiu tomar o caminho para Manka.

Não foi difícil a Santo António por-se em contacto com D. Pedro Constantino. Na entrevista que este concedeu, foi discutido o problema dinástico, e naturalmente, o problema religioso.

D. Pedro Constantino, ávido de adesões, não podia em tal altura desprezar o apoio fosse de quem fosse, e assim acarinhou o auxílio da religiosa. A mútua adesão fez-se com comunhão de sentimentos. Kimpa Vita passava a ser kibenguista, ao passo que D. Pedro Constantino aceitava proteger o antonianismo. A Santo António colocou-lhe na cabeça a coroa negra que era insígnia da sua seita. Ela usava uma coroa dourada. O Kibenga não dispensaria o uso da sua, nos actos de solenidades antonianas. Essas coroas era feitas de fio de insandeira.

Em Manka, Kimpa Vita conseguiu convencer D. Pedro Constantino a penetrar em Mbanza Kongo, onde a sua instalação seria acarinhada pela população da cidade, há muito desejava de aí ver estabelecida a corte. O seu movimento proclamaria depois a todos os ventos ser rei do Congo e único rei válido aquele que assentava na velha capital imperial.

Em fins de 1704, escutado o seu conselho militar, D. Pedro Constantino da Silva, o Kibenga, (isto é, o Valoroso) transfere a sua corte de Manka para Mbanza Kongo, aqui estabelecendo também o seu quartel-general sob a aquiescência da população, agora ansiosa com o desenrolar dos acontecimentos.

Quando D. Pedro Constantino se proclamou rei de Mbanza Kongo, Kimpa Vita cumpriu a sua promessa, fazendo espalhar que o único rei do Congo que devia ser aceite sem mais delongas, era aquele que se encontrava na velha capital, onde acabara de ser coroado.

Computa-se pois em fins de 1704 a presença mutuamente incómoda dos três soberanos: D. João II, D. Pedro IV e D. Pedro Constantino.

O Rei de Mbula era apoiado, fora da sua limitada zona de influência, por todos os inimigos dos grandes fidalgos que seguiam o Rei de Kibangu ou abominavam o Kibenga, mas obstinadamente se recusara a aceitar as anteriores sugestões dos missionários europeus para se estabelecer em Mbanza Kongo.

A diplomacia religiosa europeia tinha fracassado nos seus propósitos, havendo desistido de tratar com ele o problema dinástico. O mesmo sucedera com os esforços de D. Ana Afonso de Leão e da própria Kimpa Vita, ficando D. João II isolado na sua corte de Lemba, recebendo as honrarias dos habitantes daquela região e

furtando-se a reconhecer outrem como rei do Congo. Só indirecta e quase superficialmente é que a sua presença se fazia notar nas outras capitais estaduais e provinciais. A sua preponderância iria degradar-se através dos tempos, na razão inversa do fortalecimento do seu poder.

No Monte de Kibangu, logo após a saída de D. Pedro Constantino, D. Pedro IV começou a suspeitar das intenções deste. A princípio sentiu-se impotente para dominar os acontecimentos, tanto mas que boa parte do exército havia partido com seu Capitão-General. Ainda tentou convocá-lo à corte, mas inutilmente. Na presença de tal rebeldia, havia que agir com astúcia e sangue-frio. Manteve sempre boas relações com os padres europeus, que nunca descuravam convenientes conselhos. Montou também uma excelente rede de espionagem, que lhe dava a conhecer todos os passos do seu antigo Capitão-General.

Possuindo já o apoio de mui grandes senhores para conseguir o objectivo a que se propôs, D. Pedro IV tinha primeiro de estudar a melhor maneira de aniquilar mais aquele obstáculo que lhe surgia. Não desistia jamais da ideia de vir a ser o reunificador do Congo. Outro rumo não podia já traçar. O êxito estava em Mbanza Kongo. O essencial consistia em voltar a possuir um forte exército. Ele e os seus generais se multiplicariam na reorganização das forças armadas.

Nas províncias, quer por iniciativa dos padres europeus, quer por intervenção dos emissários reais, a causa de D. Pedro IV ganhava potencialidade, até que foi sobreposta a ideia de se iniciar a marcha sobre a capital.

Subsistia ainda um perigo interno nas suas fileiras. Assim como ele possuía espões em Mbula e em Mbanza Kongo, também no seu ambiente havia mercenários a soldo de D. João II e de D. Pedro Constantino. Pior que tudo isso, era a facção nobre que assistia à sua mulher. Com efeito, de certa altura em diante as relações entre os reais esposos tornaram-se impossíveis, a ponto de D. Pedro IV temer viver com sua esposa, com receio de que esta o envenenasse. O motivo de tal dissensão era obviamente político, na medida em que D. Hipólita-Maria Mpanzu conhecia o projecto de seu esposo em eliminar um importante membro do seu clã, o seu tio D. Pedro Constantino; mas também era religioso, porquanto a Rainha, adepta fervorosa de Kimpa Vita, não tolerava os conselhos com que os missionários italianos e portugueses tentavam conduzir a política interna do País.

D. Pedro Constantino, que partira quase do nada, iniciara a sua realeza, baseado no apoio de um exército. Pois bem, fazendo-se impor primeiro em Manka e agora em Mbanza Kongo, granjeava já do apoio de vários fidalgos e chefes provinciais e, sobretudo, dos aderentes do movimento antoniano, espalhados por todo o País, tornando-se assim num rei que infundia respeito aos seus rivais.

Tal o panorama político do Congo, ao findar o ano de 1704.

O alastramento do movimento antoniano fazia-se com as consequentes implicações políticas. Mas a sua estabilidade nesta ou naquela zona geográfica só podia conseguir-se com o apoio dos notáveis. Isso sabiam os responsáveis pela seita, no domínio religioso, e isso constituía o fulcro da acção social imprimida pelos políticos kibenguistas. Sendo difícil a via política para aliciamento dos chefes provinciais, o partido de D. Pedro Constantino era nesse aspecto melhor substituído pela seita antoniana, cuja palavra religiosa era melhor acatada que a política, nos meios da aristocracia provinciana.

Quando Bernardo da Gallo se encontrava no Ducado de Nsundi em Janeiro de 1705, ele pôde detectar que grande parte do povo era adepta do Kibenga, por este pertencer ao clã Mpanzu. Ora o Ducado de Nsundi pertencia também a este clã. Todavia o Duque, tal como acontecia à maioria dos fidalgos congueses, era católico e seguia a palavra de ordem religiosa ditada pelos missionários.

Nessa altura chegou a Mbanza Nsundi um jovem antoniano que pretendeu entrevistar-se com o Duque. Não escondia a sua qualidade de missionário ou embaixador do movimento antoniano. Era óbvia a natureza da sua missão. O Duque contudo não o recebeu logo, tanto mais que ele abominava os Antonianos. Sugeriu que fosse o P. Bernardo da Gallo o primeiro a conversar com o antoniano.

O capuchinho não poupou o antoniano nas suas invectivas contra os fundamentos religiosos de tal movimento, reverberando-o por tão jovem e inteligente se deixar levar a tais convicções.

Idêntica prova passou o chefe antoniano a ser recebido por D. Miguel Laines de Paqua (sic), secretário do Duque, e em seguida pelo próprio Duque. Quando ele se retirou, levando consigo o peso da frustração pela sua missão, apenas o sentiu um pouco diminuído pela força popular que apoiava o antonianismo.

Todavia a nível cimeiro o Ducado de Nsundi não podia afirmar-se como baluarte antoniano, já que assim determinara a fé religiosa do Duque, com verdadeiro prejuízo para as hostes de D. Pedro Constantino. (JADIN, *Le Congo et la secte des Antoniens*, 100/510).

Preservando a sua própria defesa, D. Pedro IV, conhecedor do poderio discutível do seu antigo Capitão-General, acedeu seguir o plano traçado conjuntamente com os seus chefes militares. Ele escutava a opinião de vários chefes e fidalgos, e principalmente do seu mordomo-mor D. Manuel da Cruz Barbosa, Marquês de Vunda, que ocupava um cargo semelhante a secretário-de-Estado (Mani Lumbu). Foi decisivo o conselho deste lugar-tenente para que D. Pedro IV iniciasse a marcha sobre Mbanza Kongo. (JADIN, *Le Congo ...*, 101/511).

Assim no dia 24 de Fevereiro de 1705 a corte abandonou definitivamente a cidade de Kibangu em direcção a Mbanza Kongo.

D. Pedro IV contudo, cauteloso como era, não subestimando o valor bélico das forças do novo rival, começou por instalar a corte em Nlumbi (nos textos, Mulumbi) após um dia de marcha. Aí intensificou a preparação do exército.

O P. Bernardo da Gallo ainda estava em Nsundi, quando recebeu o recado de que D. Pedro IV havia descido o Monte Kibangu, para iniciar a marcha sobre Mbanza Kongo, onde se encontrava o poderio do Kibenga.

Em Mbanza Kongo, após uma conferência entre D. Pedro Constantino e Kimpa Vita, decidiu-se fazer uma convocatória para uma reunião a efectuar nessa cidade, em que deveriam participar os mais importantes fidalgos do País. D. Pedro Constantino deve ter posto, como principal cláusula para a efectivação dessa reunião, que a convocação só seria feita baseada na concordância da sua coroação pelos participantes. Aliás D. Pedro Constantino quase sabia de antemão quais as respostas a essas convocatória, pelo que se não mostrou muito entusiasmado com a ideia. Kimpa Vita, a Santa Ntoni como a chamavam, tomou a responsabilidade da convocatória, com o fundamental sentido de levar os mais importantes chefes do País a aceitar D. Pedro Constantino como único e verdadeiro rei do Congo.

Foram destacados dois emissários para se dirigirem ao Soyo, ambos chefes antonianos, sendo um deles o chefe religioso de Nzetu, que havia sido ômaestroö, ou seja, tradutor das missas públicas rezadas pelos capuchinhos. Foram eles recebidos em Mbanza Soyo por D. António Barreto da Silva II, a quem expuseram os motivos da missão. O Conde, que não suportava os Antonianos, expulsou-os dali debaixo das maiores ameaças e humilhações.

Em face do que se passou em Mbanza Soyo, ficou anulada a projectada reunião de Mbanza Kongo.

O Conde D. António Barreto da Silva II era católico. Nos primeiros tempos do seu governo mostrou sempre ser bastante zeloso e cumpridor de seus deveres religiosos, a ponto de exhibir capacidade para servir de ômaestroö, pois ajudava às missas com profundo conhecimento do mister, e traduzia as homilias dos capuchinhos. Além disso ordenava castigos corporais a todo aquele que fossem denunciado a exercer práticas supersticiosas, nas quais passou a incluir as práticas religiosas dos Antonianos.

Entretanto o Príncipe D. João Barreto da Silva II, filho do antigo Conde de Soyo D. António Barreto da Silva I, tentou com apaniguados seus um golpe-de-estado no Condado, que resultou frustrado.

O Conde D. António Barreto da Silva II, reagindo com sorte, tratou logo de esmagar tal revolução, chegando mesmo a prender o chefe da intentona e o seu

secretário. Como dois partidários da revolta se refugiassem numa igreja, o Conde D. António, desejoso de liquidar o assunto o mais depressa possível, ordenou a tropas suas que penetrassem na igrejas e se apoderassem dos dois revolucionários que aí pensavam estar a salvo.

Os missionários reagiram a acto tão sacrílego, exigindo a devida reparação ao Conde de Soyo que aliás não se mostrou muito inclinado a satisfazê-la. Os missionários levaram por diante a ameaça de excomunhão. Apesar de tudo as negociações decorriam entre ambas as partes, até que o Conde consentiu na restituição dos presos, que lhe deveriam ser entregues novamente, a fim de se fazer um inquérito aos acontecimentos. Assim se fez. A excomunhão foi levantada. O modo como tal inquérito decorreu, contudo, bem como seu resultado, intempestivamente contestado, fizeram com que a excomunhão voltasse a ser imposta. Por vingança o Conde ordenou então a expulsão do seu território ao Superior da Missão, Gabriel da Bologna.

Não obstante a tomada de medidas tão drásticas, as negociações entre os missionários e o Conde prosseguiram, tendo este o bom senso de se fazer chamar à razão. Seguindo as sugestões dos padres, porquanto o Conde não deixava de se considerar católico, ele tratou de fazer as pazes com o seu primo D. João Barreto da Silva, acabando por o libertar, bem como ao secretário deste.

No Ducado de Mbamba permanecia o estado de guerra entre os dois rivais D. Pedro Vale das Lágrimas e D. Manuel da Nóbrega Ne Njinga e Ngenge. Qualquer deles andava a precaver-se contra alguma traição que pelo outro pudesse ser perpetrada.

Tanto D. Pedro Vale das Lágrimas em Mbanza Mbamba como D. Manuel da Nóbrega em Luvota ou como o próprio Conde de Soyo desejavam agora fazer prevalecer a sua influência sobre o potentado de Nzetu. Além de Mbanza Mbamba haver já sido queimada por D. Manuel da Nóbrega, uma poderosa razão, ultrapassando a circunstância política e fermentando o despique nas margens do Rio Mbriji, residia no facto de o Nzetu ser um baluarte antoniano. Com efeito a grande maioria da população de Nzetu seguia a doutrina da Santo António e, bastante firmada na sua fé, dava largas a ofensivas religiosas nos domínios daqueles três senhorios.

Tanto o Conde de Soyo como o seu sogro Duque de Mbamba, muito afeitos à religião mantida pelos missionários europeus, uma religião tradicionalmente seguida por todos os nobres do País, jamais poderiam aceitar outra religião nascida nas camadas populares e provável instigadora de uma aparente luta de classes em que o senhorio dos grandes fidalgos podia sofrer o risco de ser perturbado e mesmo aviltado.

D. Manuel da Nóbrega não desmentia a sua nobre linhagem, nem tão-pouco os seus laços de amizade com os missionários europeus. Com efeito D. Manuel era católico e fora grande amigo de Fr. Antonio Zucchelli da Gradisca, de quem ouvira

rezar missa todos os dias, e a quem fora visitar com permanente assiduidade, quando o missionário esteve bastante doente na sua missão de Luvota. O Marquês de Mbamba Luvota cobiçava o potentado de Nzetu, na medida em que passaria a dispor de mais uma zona geográfica, de modo a evitar servir ela de base para os seus inimigos lhe atacarem de mais perto o poderio. O Nzetu estava assim transformado em campo de batalha militar e ideológico.

Numa altura em que o Padre Lorenzo da Lucca se encontrava em Nsambi (nos textos, Mussambi), dentro da zona geográfica pertencente ao Conde de Soyo, apareceu aí o “maestro” chefe de Nzetu, ocupado numa das suas campanhas de aliciação em favor do movimento antoniano. Em má hora o fez. Com efeito o missionário europeu soube induzir o Mani Nsambi a ordenar às suas forças a imediata prisão do antoniano.

Devido ao estado de guerra então existente entre Portugal e França, uma esquadra francesa, composta de quatro navios e vinda dos mares da Índia, tomou Benguela com a maior facilidade em Junho de 1705, pondo em fuga os Portugueses que, em menor número, estavam impossibilitados de defender a cidade. Benguela durante alguns dias esteve sujeita a uma total pilhagem, acabando por ser incendiada e o seu forte dinamitado. Depois de bem abastecida a esquadra francesa tomou o rumo do Norte.

Governava em Luanda, na sua terceira composição, o Senado da Câmara. Assim que este teve conhecimento dos acontecimentos de Benguela, ordenou rapidamente a mobilização geral, caindo todavia em pânico em virtude da escassez do número de combatentes apurados. O governo do Senado teve de pedir auxílio aos postos militares mais próximos de Luanda, ao mesmo tempo que cuidava dos preparativos da defesa da capital, na perspectiva de um ataque francês.

Outras medidas de protecção tomou o governo do Senado. Relativamente ao Norte escreveu ao Padre Lorenzo da Lucca para pedir ao Conde de Soyo que tomasse medidas de protecção contra os Franceses, se acaso aí aparecessem; se soubesse, por ventura, da existência de navios ingleses ou holandeses na costa de Cabinda, que fizesse a diligência por convencer os respectivos comandantes a irem defender Luanda.

Por qualquer motivo, presumidamente o suculento abastecimento em Benguela, aquela esquadra francesa não apareceu em Luanda, nem voltou a aparecer na costa de Angola a perturbar os Portugueses.

Entretanto prosseguia por todo o Congo a batalha ideológica que opunha entre si os fanáticos religiosos de diferente matiz. O P. Lorenzo da Lucca dá conta em Agosto e Setembro de 1705 de desanimadores actos de heresia que grassavam já pelo Condado de Soyo e pelo Ducado de Mbamba, quando aí passou em visita pastoral.

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

Lorenzo teve ensejo para aí analisar as práticas religiosas de quem estava a fugir ao domínio do puro catolicismo, como era pregado e como sempre havia sido ministrado pelos padres europeus. Lorenzo não deixou de aconselhar os chefes provinciais a resistir às tentações dessas prédicas e mesmo a combatê-las com os meios de que dispusessem. Mais tarde ele descreveria tais práticas numa Relação datada de 30 de Dezembro de 1705. (CUVELIER, Relations sur le Congo du Père Laurent).

Em Mbanza dya Kongo, de certa altura em diante as coisas não corriam lá muito bem para D. Pedro Constantino, aliás solidamente instalado. O tempo passava e a população do seu círculo, também desejosa da implantação da realeza única no Congo, verificava, além de um fero despotismo do seu Rei, a continuação da presença de outros núcleos reais: o irreduzível Reino de Mbula e o progressivo Reino de Kibangu ora instalado em Nlumbi.

A corte de Mbanza Kongo, por falta de apoio dos outros grandes chefes provinciais, estava resumida à população da cidade e a pouco mais. Mesmo dessa população havia gente que por inclinação ou intuição estava a negar apoio a D. Pedro Constantino, beneficiando a D. Pedro IV que pouco a pouco estava construindo o seu poderio.

Os agentes de D. Pedro IV, seguindo directivas a que não seriam estranhos os padres europeus, tentavam por todos os modos subtrair o povo de Mbanza Kongo à influência política de D. Pedro Constantino, mostrando-lhe a insensatez da revolta contra D. Pedro IV e a pouca validade da candidatura do usurpador.

Grave golpe sofreu D. Pedro Constantino, quando em Mbanza Kongo fizeram correr o boato de que ele sofreria de vazi (ou vaji), isto é, de lepra, mal que impedia ao seu possuidor a ascensão ao trono do Congo. Se acaso D. Pedro Constantino estivesse em tal situação, a posse do trono estar-lhe-ia vedada para sempre. Esse boato tomou tal consistência que a sua candidatura ficou gravemente comprometida, ao passo que a sua influência declinava a olhos vistos.

Em conferência com Kimpa Vita, sua assistente religiosa, D. Pedro Constantino aceitou a determinação de que o maior desmentido a tal boato seria a sua continuação no poder, em vez de uma possível e estudada abdicação em favor de algum dos seus irmãos. Por seu lado a seita antoniana reporia as coisas no devido lugar. Com o tempo seria dirimido o possível dano que ora o partido sofrera.

Embora nesse sentido pudessem ser enormes os esforços dos Antonianos, o certo é que moralmente a posição de D. Pedro Constantino havia sido fortemente abalada.

Em conferência militar D. Pedro Constantino, os seus irmãos e os seus generais acordaram que, para se contrabalançarem as forças, devia estender-se a luta de enfraquecimento dos inimigos às capitais provinciais.

Nessa época, embora os ducados e os marquesados fossem dirigidos por fidalgos na maioria simpatizantes com a corte de Kibangu, apareceram outros fidalgos provavelmente aliciados pela corte de Mbanza Kongo, que guerreavam os governadores com o sentido de ampliar a esfera de influência do Kibangu. Com efeito nessas províncias o panorama passou a ser o mesmo de sempre: havia fidalgos que se intitulavam duques ou marqueses das respectivas províncias, e que se guerreavam uns aos outros, afirmando ser cada um o legítimo chefe.

Por exemplo, em Mbata, de dois pretendentes um havia morrido doente na cama, tendo-se feito duque o outro. Este era um cinquentão e solteiro. Contudo não viveu muito tempo, porque o mataram à traição. Depois da sua morte passou a haver 3 ou 4 pretendentes, seguindo esta ou aquela tendência política ou religiosa, e todos se guerreando uns aos outros.

Infelizmente para D. Pedro Constantino os principais ducados como o de Mbamba, continuavam a constituir sólidos baluartes de apoio a D. Pedro IV, não obstante o esforço inglório de chefes políticos como D. Manuel de Nóbrega, e de chefes religiosos como os Antonianos. Por outro lado D. Pedro Constantino há muito perdera a esperança de que o seu mais directo rival perecesse nalgum atentado que lhe viesse abrir caminho para o domínio do Congo. O tempo passava e as informações que recebia sobre a firme seguridade de D. Pedro IV e o seu gradual aumento de poderio, transtornavam a existência da corte rebelde de Mbanza Kongo.

Lá para fins de 1705 o Conde de Soyo achou que devia eliminar daquela zona costeira a preponderância do seu inimigo D. Manuel de Nóbrega. Em conferência com os seus chefes militares o Conde de Soyo D. António Barreto da Silva II decidiu encetar uma ofensiva contra as forças de D. Manuel. Estas contudo estavam bem preparadas e puderam aguentar o embate. As forças de Soyo tiveram que retroceder. O Conde D. António, muito furioso com a má tática que deve ter sido utilizada naquele recontro, privou um seu sobrinho do cargo de general, que deu a um seu irmão.

O ambiente de guerra prosseguia alimentado por esta ou aquela fase de luta.

O Conde de Soyo mantinha um secreto e rendoso negócio de escravos com os barcos europeus que de vez em quando lhe apareciam na costa. Anematizado pelos missionários, o Conde desculpava-se com um profundo desconhecimento de tal negócio de que afinal eram principais agentes Mani Engela, eleitor do Condado, e o próprio secretário de D. António.

Em Nlumbi imperava a prudência. D. Pedro IV continuava a pensar que a sua hora havia de soar. Todavia passou todo esse ano, sem que as suas forças tivessem tomado parte em qualquer despique guerreiro. No ponto de vista militar, foi um ano tranquilo para o exército de D. Pedro IV. Apesar de tudo grande havia sido o estremeção político e social que a guerra fria religiosa acometera contra os alicer-

CAMPOS, Fernando. O Rei D. Pedro IV Ne Nsamu a Mbemba e a unidade do Congo. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 18-19 (1): 159-199, 1995/1996.

ces sobre que assentavam as estruturas da sociedade conguesa. Foi assim mesmo um agitado ano de norte a sul, do litoral à montanha.

(continua no próximo número)

ABSTRACT: Based on a specific bibliography, the author seeks to define the historical position represented by king Pedro IV Ne Nsamu Mbemba for the general situation of the Congo in his time and the perspectives for political, economic and social unity of that kingdom.

Key-words: Africa; Congo; kingdoms; historical situation; Pedro IV Ne Nsamu Mbemba.